



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

PERLA CRISTINA CUTRIM SANTOS SILVA

**ACESSIBILIDADE E SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES DA EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Rio de Janeiro

2022

PERLA CRISTINA CUTRIM SANTOS SILVA

**ACESSIBILIDADE E SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES DA EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL COM PESSOAS SURDAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social sob a orientação da Professora Dr^a Debora Holanda Leite Menezes.

Rio de Janeiro

2022

PERLA CRISTINA CUTRIM SANTOS SILVA

**ACESSIBILIDADE E SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES DA EXPERIÊNCIA
PROFISSIONAL COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

FOLHA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Debora Holanda Leite Menezes

Profª Drª Ana Izabel Moura de Carvalho

Profª Drª Elaine Martins Moreira

Dedico este trabalho a todas as pessoas surdas e seus familiares, que este estudo contribua com a luta pela igualdade e reconhecimento dessas pessoas. E a todas aquelas e aqueles que se dedicam à construção de um mundo livre de todos os tipos de preconceito.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as noites que botei a cabeça no travesseiro e fiquei imaginando o momento em que já teria concluído a escrita do TCC e enfim se sentaria para fazer os devidos agradecimentos, a tantas pessoas queridas e amadas que me apoiaram nessa trajetória, sem as quais eu com certeza não teria conseguido concluir esse ciclo, ou, pelo menos, não da forma que foi.

Antes de mais nada, queria agradecer à minha família, aos meus pais, minha mãe Carla Cutrim e meu pai Josiete Santos, por me apoiarem e acreditarem em mim desde sempre, por serem meu porto seguro e minha base, por me incentivarem e estarem ao meu lado em todos os momentos, independente de qualquer coisa. Ao meu irmão Péricles, companheiro e amigo, estando presente em minha vida de modo a me orientar, ajudar e apoiar. Agradeço o amor, carinho e tempo dedicados a mim. Vocês são meu bem mais precioso. Aproveito para agradecer também ao Romulo, meu companheiro de todas as horas que acompanhou todo esse percurso de perto, lendo meus escritos e me auxiliando da melhor forma, sempre na torcida por mim. Amo vocês demais!

À minha orientadora a qual admiro muito, Debora Holanda, que aceitou meu pedido de orientação e acreditou em mim, compartilhando comigo seus conhecimentos e por não ter desistido de mim, apesar das minhas dificuldades quanto à construção desse trabalho. Sem você esse trabalho não teria se concretizado. Agradeço a paciência, companheirismo e disponibilidade. Muito obrigada!

Agradeço à minha melhor amiga, de infância, por existir e ser você na minha vida. Por saber que tenho um lugar seguro para dividir e compartilhar qualquer questão, seja afetiva, profissional ou sobre qualquer outro aspecto da minha vida. Meu muito obrigada do fundo do coração à Beatriz. Você torna essa vida mais bonita, amo você!

Agradeço à Vic, Matteus, Luna, Dani, Nay e aos diversos amigos e colegas que a faculdade me deu, pela parceria ao longo de toda a graduação (e por muito mais). A experiência na UFRJ definitivamente não teria sido a mesma sem vocês, meu fechamento certo. O apoio que a gente se deu para passar por essa formação foi imprescindível na minha trajetória. Carrego vocês dentro do meu peito e na minha vida para sempre. Obrigada por aceitarem e me acolherem. Essa caminhada não seria tão agradável sem vocês.

Agradeço a Thatiana Mendes, mas nem saberia exatamente por onde começar esse agradecimento, que mereceria uma página inteira e ainda seria pouco. Certamente a pessoa que mais me incentivou e me apoiou na confecção dessa pesquisa. Que acreditou em mim mesmo nos momentos em que eu não fui capaz de fazer o mesmo, que ouviu meus lamentos, choros, angústias. Que esteve ao meu lado nos momentos de desespero. Que me acolheu quando foi preciso e que me mandou tomar vergonha na cara quando foi o caso. Que não deixou que eu pensasse em desistir um minuto sequer. Que me deu força e apoio de forma incondicional. Obrigada pelas trocas acadêmicas e afetivas, por acreditar tanto em mim e no meu trabalho. Agradeço por ser inspiração, me ensinar sobre fé e coragem, me fortalecer e incentivar sempre, por me ensinar a acreditar em mim. Te amo, minha Anne! Todas as palavras seriam poucas para descrever o quão importante você foi nesse processo para mim. Obrigada, obrigada, obrigada.

Gostaria de fazer um agradecimento especial à Suellen, Taísa, Vivi, Maria, Kinsten e Victória e toda equipe que eu tive a honra de conhecer através da Secretaria de Assistência Social de Maricá e que se fizeram presentes nesse processo. Referências que foram tão marcantes na minha formação, mulheres que me ensinam e me inspiram a acreditar em um mundo melhor. Inspirações enquanto mulheres e profissionais dedicadas. Obrigada por acreditarem em mim, por toda troca, pelos ensinamentos, e pelo carinho envolvido. Vocês são gigantes! Vocês são luz, lindezas.

À minha banca querida, professora Ana Izabel e Elaine, (e a todos os docentes que participaram da minha pesquisa), compartilhando informações e vivências, sendo de grande importância para a minha jornada, contribuindo, através do repasse de seus conhecimentos dentro e fora da sala de aula, o que foi de grande importância não só para a minha vida acadêmica, mas também para o meu crescimento pessoal como sujeito crítico. Vocês foram fundamentais para a realização deste trabalho.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram com a concretização desse sonho, meus sinceros agradecimentos!

“Quando eu aceito a Língua de Sinais, eu aceito o surdo, e é importante ter sempre em mente que o surdo tem o direito de ser surdo. Nós não devemos mudá-los, devemos ensiná-los, mas temos que permitir-lhes ser surdo. ”

(Terje Basilier)

RESUMO

A acessibilidade é um direito de todos. Utilizando a Secretaria de Assistência Social de Maricá como área de pesquisa, este trabalho reflete sobre como a relação entre a prática profissional de assistentes sociais e usuários Surdos afeta o acesso à política nacional de assistência social. Em uma perspectiva de totalidade, articulando o entendimento dos textos da bibliografia básica do Serviço Social, propõe-se a construir uma análise da trajetória da profissão que amplie o entendimento da conjuntura atual, partindo do entendimento de que o cenário nacional é reflexo do avanço do modelo neoliberalista e que implica a produção de novas refrações da “questão social”. Tais questões foram desenvolvidas tendo como referência o contexto do capitalismo e o movimento da história, buscando a totalidade dos processos e as suas mediações. O objetivo deste estudo foi analisar as intervenções do serviço social no acesso aos direitos dos Surdos. Foi utilizado um referencial teórico e investigativo acerca da vivência perante as políticas públicas que esses usuários estão inseridos.

Palavras chaves: Deficiência Auditiva; Comunidade Surda; Serviço Social; Políticas Públicas

ABSTRACT

Accessibility is a right for all. Using the Secretariat of Social Assistance of Maricá as a research area, this paper reflects on how the relationship between the professional practice of social workers and Deaf users affects access to the national social assistance policy. In a perspective of totality, articulating the understanding of the texts of the basic bibliography of Social Service, it proposes to construct an analysis of the trajectory of the profession that expands the understanding of the current conjuncture, starting from the understanding that the national scenario is a reflection of the advance of the neoliberalist model and that it implies the production of new refractions of the "social question". Such questions were developed with reference to the context of capitalism and the movement of history, seeking the totality of the processes and their mediations. The objective of this study was to analyze the interventions of social service in the access to the rights of the Deaf. The study used a theoretical and investigative framework about the experience with public policies in which these users are inserted.

Key words: Hearing Impairment; Deaf Community; Social Service; Public Policies

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- AEE** – Atendimento Educacional Especializado
- ANP** – Agência Nacional de Petróleo
- BPC** – Benefício de Prestação Continuada
- CAPS** – Centro de Atenção Psicossocial
- CMAS** – Conselho Municipal de Assistência Social
- CNJ** – Conselho Nacional de Justiça
- CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- CREFAM** – Centro de Referência para Egressos e Familiares
- CRESS** – Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro
- CRPI** – Centro de Referência em Políticas Inclusivas
- IBGE** – Instituto Brasileiro Geografia e Estatísticas
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- LIBRAS** – Língua Brasileira De Sinais
- LOAS** – Lei Orgânica da Assistência Social
- NASF** – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
- NOB** – Norma Operacional Básica
- NOB/RH** – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
- ONG's** – Organizações Não Governamentais
- ONU** – Organizações das Nações Unidas
- PAIF** – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
- PCD** – Pessoa com Deficiência
- PNAS** – Política Nacional de Assistência Social
- PSB** – Proteção Social Básica
- PSE** – Proteção Social Especial
- RPG** – Reeducação Postural Global
- SAREM** – Serviço de Assistência e Reabilitação Especializada de Maricá
- SCFV** – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- SPIN** – Secretaria de Políticas Inclusivas

SUAS – Sistema Unificado De Assistência Social

SNPD – Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência

TEA – Transtorno Espectro Autista

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE MARICÁ

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL DE SURDOS	16
1.1 BREVE APRESENTAÇÃO DA TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	16
1.2 UM RESGATE SOCIAL E HISTÓRICO DAS PESSOAS SURDAS	24
2 ASSISTÊNCIA SOCIAL: POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA E O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM MARICÁ.	31
2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MARICÁ	31
2.2 A INSERÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO MUNICÍPIO DE MARICÁ	35
2.3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	38
2.4 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

INTRODUÇÃO

A questão da deficiência, de qualquer natureza, desafia aspectos culturais, políticos, educacionais e profissionais na maior parte das sociedades. Além dos aspectos subjetivos ou qualitativos que envolvem esta questão, há desafios de natureza quantitativa, pois não são poucos os cidadãos discriminados e excluídos pela sua condição diferenciada de vida.

Do total da população brasileira, 23,9% (45,6 milhões de pessoas) declararam ter algum tipo de deficiência, segundo a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Entre as deficiências declaradas, a mais comum foi a visual, atingindo 3,5% da população. Em seguida, ficaram: problemas motores (2,3%), intelectuais (1,4%) e auditivos (1,1%). De acordo com Ministério da Saúde, as causas da surdez podem estar vinculadas ao acúmulo de cera de ouvido, infecções (otite) ou mobilização de um ou mais ossos no ouvido. Pode ser desencadeada também por viroses, meningites, uso de certos medicamentos ou drogas, propensão genética, exposição ao ruído de alta intensidade, presbiacusia (provocada pela idade), traumas na cabeça, defeitos congênitos, alergias, problemas metabólicos e tumores. O tratamento é feito com medicamentos, cirurgias e uso de aparelho. Fatores como casos de surdez familiar, nascimento prematuro, baixo peso ao nascer, uso de antibióticos tóxicos ao ouvido e de diurético no berçário e infecções congênitas também podem estar entre as causas da surdez.

Neste trabalho será referido ao Surdo escrito com “S” maiúsculo. Como proclama Wrigley (1996): O uso do termo Surdo, com letra maiúscula, agora é amplamente usado para se referir à categoria cultural de auto-identificação. O termo com letra minúscula refere-se ao simples fato da deficiência auditiva e é diferente do processo de auto-identidade.

De acordo com o Ministério da Saúde, no Brasil, os Surdos constituem 3,2% da população ou aproximadamente 5,8 milhões de brasileiros. Todas as pessoas com deficiência usam a língua portuguesa, fonética, falada, exceto os Surdos. Eles precisam de uma adaptação à linguística: a Libras – Língua Brasileira de Sinais, que foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, por meio da Lei nº 10.436/2002.

Até então, legalmente os Surdos tinham apenas a opção da oralização, que é possível, porém deixa uma defasagem de entendimento da mensagem de até 70%. Libras exige de 1 a 2 anos de estudo; pode ser aprendida por qualquer pessoa e como qualquer outro idioma exige

dedicação e imersão na comunidade surda. Diferente de outros idiomas, é necessário expressar sentimentos durante a interpretação, condição essencial para dar contexto ao assunto tratado.

Os profissionais de serviço social, como facilitadores dos direitos civis, buscam romper barreiras e burocracias que dificultam o pleno gozo dos direitos humanos, sociais e civis, levando em consideração fatores sociais como equidade e liberdade. A assistência social, no contexto da cidadania, exige uma reflexão contemporânea sobre esta política, pois a Assistência Social se coloca como reivindicação básica na luta pela construção da cidadania. Dessa forma, o trabalho dos profissionais de serviço social está ligado e sempre relacionado à luta pela defesa de uma sociedade mais justa. As minorias fazem parte desse público, e a manutenção de uma sociedade acessível a todos também permeia os direitos dos usuários surdos às políticas de assistência social.

No estudo, é apresentada uma breve apresentação da comunidade surda e uma retrospectiva das políticas sociais brasileiras, algumas reflexões sobre a inclusão social do Surdo, bem como as políticas públicas existentes no país em prol dessa inclusão. Por fim, é discutido sobre o papel do Assistente Social nessa situação. O presente estudo reflete em reflexões sobre o projeto de intervenção realizado na Secretaria Municipal de Assistência Social em Maricá. A realização foi adotada inicialmente um método exploratório, em que foi realizado um levantamento bibliográfico e de dados do equipamento em que foi realizado o Estágio. Pretendeu-se a possibilidade de palestra ou rodas de conversa para profissionais com a expectativa de capacitação e compreensão acerca do assunto dos profissionais. Espera-se que a compreensão das políticas públicas existentes para a inclusão dos Surdos possa contribuir para a compreensão da importância desse atendimento, e de mais qualidade nos serviços que lhe são oferecidos.

Em uma perspectiva de totalidade, este trabalho pretende contribuir, minimamente, para identificar, analisar e problematizar as facetas que encontraremos no campo de intervenção profissional, em especial a Assistência no contexto da acessibilidade, compreendendo os fundamentos teórico-metodológicos de repaginadas tendências, utilizando instrumentais mais apropriados para desvelar o que é superficial, qualificando a intervenção técnica-operativa de uma prática profissional descrita, analisada e pesquisada por outros autores.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL DE SURDOS

1.1 BREVE APRESENTAÇÃO DA TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A política social é característica das formações econômico-sociais capitalistas contemporâneas, de ação e domínio sobre as imposições sociais básicas dos sujeitos não satisfeitos pelo modo capitalista de produção. (ZAMBON, 2017). É uma política de interferência entre as necessidades de valorização e acumulação do capital e de manutenção da força de trabalho disponível para ele. Nesse ponto de vista, ela é uma gestão estatal da força de trabalho e do preço da força de trabalho.

Höfling (2001) destaca que, na análise e avaliação de políticas implementadas por um governo, fatores de diferentes natureza e determinação são importantes de serem considerados, especialmente quando se focalizam as políticas sociais (usualmente entendidas como as de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento), por sua complexidade tanto na elaboração quanto no desenvolvimento. Esses diferentes aspectos devem estar convergidos a um contorno do Estado, no interior do qual eles se movimentam. No contexto dessa argumentação, a autora ressalta a importância de diferenciar Estado e governo:

[...] é possível considerar Estado como um conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente que possibilitam a ação do governo; e Governo, como conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período. (Höfling, 2001, p. 31)

É interessante distinguir essas opiniões considerando que, ao analisar as políticas públicas, é possível perceber que, ao longo da história brasileira, elas não são contínuas e existem programas de longo prazo que são frágeis, o que comprova o desenvolvimento de políticas governamentais - vulneráveis - e não de Estado.

Nesse sentido, Höfling (2001) destaca que o Estado não pode ser reduzido à posição de burocracia pública, a instituições que irão desenhar e implementar políticas públicas. Para a autora, uma possível definição de políticas públicas e sociais é:

Políticas públicas são [...] aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomadas de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos agentes da sociedade relacionada à política implementada [...] e políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (Hofling, 2001, p. 31)

Nesse sentido, a autora entende política pública com recorte social, de responsabilidade do Estado – mas não apenas do pensamento de seus organismos. As políticas sociais situam-se no interior de um tipo particular de Estado. São formas de intervenção do Estado, destinadas a manter relações de uma determinada estrutura social. Assim, assumem características diferentes em sociedades distintas, de acordo com a perspectiva de cada Estado.

Elas são vistas como meios de “salvar” os trabalhadores, às vezes, em alguns casos como vitórias dos trabalhadores, ou como contribuições de elites proeminentes, e como uma ferramenta para garantir o aumento da riqueza ou direitos civis. Uma vez que é afirmado por Faleiros (1991, p. 8), as políticas sociais no Brasil estão diretamente relacionadas à situação econômica, política e social do país.

Historicamente, o estudo das políticas sociais deve ser marcado pela necessidade de considerar as políticas sociais como "acordos ou vitórias", numa perspectiva marxista (PASTORINI, 1997), numa perspectiva holística. Dessa forma, as políticas sociais são entendidas como resultado da mudança social, da interação entre os diferentes atores, suas diferentes áreas e diferentes interesses e relações de poder. Elas surgem como “instrumentos de legitimação e consolidação hegemônica que, contraditoriamente, são permeadas por conquistas da classe trabalhadora” (MONTAÑO, 2007).

Por muito tempo no Brasil, os partidos políticos foram vistos como agentes de participação política. Desde o início da década de 1970, as mudanças sociais foram direcionadas a esses partidos, principalmente às vanguardas, e durante este período não houveram ações dirigidas aos interesses coletivos da sociedade. É justamente na ausência dessas ações que diferentes organizações não governamentais (ONGs) começaram a surgir e passaram a desenvolver ações sociais voltadas para os interesses sociais, causando profundas mudanças no campo da participação política. Foi nesse período que os partidos brasileiros começaram a se organizar e foram considerados uma importante ferramenta política e organizacional da classe trabalhadora. (DURIGUETTO, 2007).

Salienta-se ainda, que, a partir da capacidade da junção política é que se expandem as demandas do Serviço Social, em que a profissão passa a orientar a população para uma

perspectiva dialética, buscando o desenvolvimento da prática institucional, se destacando na mediação entre o Estado e a sociedade civil, em busca dos avanços da organização dos movimentos sociais (SILVA, 2006). No entanto, a inserção dos assistentes sociais em diferentes políticas setoriais tem mostrado dificuldade em determinar seu papel nas equipes multidisciplinares. A ascensão da interdisciplinaridade como diretriz da política social, especialmente do fluxo de trabalho do serviço social, exige uma definição objetiva das responsabilidades dos diferentes profissionais em um momento em que o corporativismo se intensifica e busca a ampliação dos campos disciplinares.

Posto isso, as políticas que trazem governança global, negociação e solução ou gestão de problemas são o que impulsiona a sociedade a funcionar e, na esfera do governo, são chamadas de políticas públicas. Os conceitos para políticas públicas são inúmeros, entre eles há o autor Lynn (1980, apud SOUZA 2006, p.5) que delinea como um bloco de ações do governo que irão elaborar efeitos específicos. Peters (1986, apud SOUZA 2006, p.5) segue na mesma linha: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Para Dye (1984, apud SOUZA 2006, p.5), a definição de política pública se concentra como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. Essas definições direcionam o quanto de exploração é necessária para o desenvolvimento de uma agenda de ação governamental que atenda às prioridades, em particular para grupos marginalizados e desfavorecidos da sociedade, mas no interesse evidente de tentar englobar o maior número possível de parcelas da sociedade. Governos sucessivos com agendas diferentes sempre se inclinam a deixar de implementar políticas porque entendem que certas ações não são para eles.

As políticas públicas devem ser compreendidas como um “Estado em ação” (GOBERT, MULLER, 1987); ou seja, é o Estado instituindo projetos de Governo por meio de programas e ações norteadas para setores particulares da sociedade. No que se refere à implementação e manutenção dos processos decisórios envolvendo organizações da sociedade civil e diversos órgãos relacionados à política aplicada, elas estão referidas às ações que determinam o nível de bem-estar e são entendidas como responsabilidade do Estado, como dito anteriormente. É uma proteção patrocinada pelo governo, visando, em princípio, a redistribuição de benefícios sociais para reduzir a desigualdade estrutural gerada pelo desenvolvimento econômico.

Realizando uma breve síntese a respeito da política social, constatamos que ela emerge nos países capitalistas como produto de uma nova fase de acumulação baseada na formação de monopólios no século XX. Ela decorre da consolidação da sociedade burguesa e dos processos

contraditórios associados às demandas da classe trabalhadora, que se organizam e se intensificam há décadas no quadro da nova resposta estratégica do Estado aos problemas sociais. Por um lado, a política social é uma manifestação das contradições inerentes ao movimento de reprodução ampliada do capital. Por outro lado, ela está inserida no contexto da luta de classes, a partir de tensões nas quais a classe trabalhadora se configura como sujeito político em determinado momento histórico (BEHRING, 2002; NETTO, 2011; PASTORINI, 1997; PAIVA e OURIQUES, 2006; PAIVA et al., 2010). Para Iamamoto (2001, p. 17),

Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos (grifo da autora). Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos, atinentes ao trabalho – consubstanciados em serviços e políticas sociais – o que, nos países centrais, expressou-se no Welfare State, Estado Providência ou Estado Social.

Assim dizendo, é possível manter o conceito de que a política social atende as necessidades do capital e do trabalho, e, portanto, é configurada um terreno importante da luta de classes (BEHRING, 2002). Devido a um processo de acumulação no sistema capitalista que é vivenciado em um mundo com excessivas desigualdades, o mundo hoje expõe defasagens de ordem econômica, social e política. Nesse sentido, há inúmeras medidas de política social que vieram a ser executadas desde a identificação da “questão social”¹ como questão política. No entanto, essa identificação não é instantânea, visto que o desdobramento social capitalista conduz ao desmantelamento social.

Portanto, as políticas sociais necessitam ser estudadas numa ótica de totalidade social e de classe (NETTO, 2011; PASTORINI, 1997; BEHRING, 2002), “como síntese de múltiplas determinações” (BEHRING, 2002, p.28). Neste sentido, Pastorini sintetiza que as políticas sociais assumem dialeticamente as seguintes funções: a) função social de minimizar a desigualdade social; b) função política de amortecer os conflitos de classe e; c) função econômica de participar da socialização dos custos de manutenção e reprodução da força de trabalho (IAMAMOTO, 1992; NETTO, 2011; PASTORINI, 1997). Uma avaliação, ainda que preliminar, da gestão e organização da política social brasileira nas últimas duas décadas não é

¹ Segundo Iamamoto, a questão social deve ser apreendida “como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 2004, p. 27).

tarefa fácil, não apenas pela profundidade das mudanças, mas também porque elas ainda estão em curso. Ainda assim, face a estes constrangimentos, tenta-se avaliar a evolução do processo nas últimas décadas. A partir de 1982, com as vitórias dos partidos da oposição em importantes estados da federação, a gestão da política social teve início com um processo de redemocratização e a retomada do voto direto para ocupar cargos executivos estaduais. Ressalta-se que a estratégia da liderança do governo federal é permanecer no poder, por meio de mecanismos de gestão de políticas.

Pontuando no tocante a consolidação das políticas sociais, observamos que os contornos iniciais da política social contemporânea estavam nos debates que formaram o processo em 1988. Essa consolidação ocorreu no cenário recente da democracia brasileira. Pode-se dizer que o Estado não é o fiscal do sistema previdenciário para a proteção dos direitos, mas é o responsável pela fiscalização das relações sociais, que se dota de maior centralidade e legitimidade devido ao tratado normativo firmado com a classe trabalhadora.

A Constituição Federal de 1988 incluiu diretrizes mais amplas para a definição de políticas públicas, mas a organização, as responsabilidades e os sistemas de financiamento se desenvolveram ao longo das décadas de 1990 e 2000 e ainda estão em processo de construção. Indiscutivelmente, a situação política da época era muito favorável a processos participativos que representassem os anseios da população e posicionasse formalmente o Estado como provedor de direitos e conquistas sociais. Outro fator importante é o processo de descentralização político-administrativa, que:

Sob o Estado federativo pós 1988, os governos locais são de fato politicamente soberanos e aderem à descentralização com base em um cálculo em que são avaliados os custos e benefícios prováveis desta decisão. Isto implica que, para obter a adesão dos governos locais a um programa de transferência de atribuições, governos centrais devem implementar estratégias bem-sucedidas de indução. Nestas condições, em um processo de reforma do Estado no qual se reconfigura o desenho institucional de um modelo nacional de prestação de serviços sociais, sob um Estado federativo com marcadas diferenças regionais e dotado de uma esmagadora maioria de municípios fracos, a capacidade fiscal e administrativa das administrações locais influi no processo de reforma. Isto porque as próprias capacidades para assumir a responsabilidade pública pela gestão de um dado programa social como um dos elementos do cálculo que realizam as administrações locais com vistas à tomada de decisão. (ARRETCHE, 1999, p. 135).

No momento da redemocratização, foram validadas importantes salvaguardas para a chamada política do tripé previdenciário: saúde, previdência e assistência social. Dada sua relevância para a agenda política, muitos dos ganhos alcançados ao longo dos anos não serão

afetados por mudanças estruturais e relações de poder estabelecidas a partir de então. No entanto, também é extremamente errado dizer que essas mudanças são as grandes consequências do sistema neoliberal e não tiveram grande impacto na forma como os serviços dessa natureza são obtidos e prestados. No ponto de vista de Sposati:

O último quartil do século 20 teve associações perversas para a política social latino-americana, pois combinou dois grandes ingredientes contrários à extensão da agenda dos direitos sociais providos pelo Estado: as ditaduras militares e a subordinação ao neoliberalismo do Consenso de Washington. (...). Ocorreu a recentralização do social no mercado tornando-o lócus privilegiado de ofertas sociais o que ampliou a privatização da educação, saúde, previdência social, assistência social, quer para o campo lucrativo, como para o não lucrativo. Ênfase no não lucrativo ou filantrópico, valorizado pela regulação neoliberal, na medida em que acentua a não responsabilidade pública pela valorização das iniciativas da sociedade que não asseguram direitos sociais. O enquadramento neoliberal imposto pelo FMI aos países latino-americanos subordinou a ampliação da agenda pública ao mercado e à filantropia e configurou a oposição entre o Estado e os reclamos dos movimentos sociais. (SPOSATI, 2011).

Ou seja, o neoliberalismo obriga as políticas públicas a serem limitadas à população, com serviços e programas disponíveis apenas para aqueles que mais precisam. Além disso, as mais diversas políticas diferiram na forma e nos critérios de inclusão, destacando-se o deslocamento da política social de direitos para o objetivo básico de redução da pobreza. Nesse contexto, vários desafios têm sido apontados no sentido de restabelecer o status das políticas públicas como ponto fundamental para a redução da desigualdade. Para políticas mais tradicionais, como educação e saúde, o acesso universal é relevante, pois a migração em massa desses serviços para o setor privado continua sendo uma influência neoliberal.

Por sua vez, a implementação de políticas de assistência social foi mais intensa a partir da segunda metade dos anos 2000. Dado os altos níveis de pobreza e desigualdade em todo o país, a política social está no centro do debate da agenda de desenvolvimento. No Brasil, a democratização contribuiu para a melhoria do bem-estar, ou seja, para o crescimento e consolidação das políticas sociais. (IPEA, 2005). Em todos os casos, a implementação da política social é acompanhada por uma expectativa de implementação rápida, seja pelos potenciais usuários ou pelos principais atores políticos. A formulação da política social é realizada em condições de rápida implementação. Há 30 anos, o governo brasileiro desenvolve um modelo abrangente de política social.

Exposto isso, sendo a assistência social uma política do tripé da Seguridade Social brasileira instaurada a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que a trajetória histórica dessa política é marcada pela concepção de caridade e bem-estar antes

de 1988 e de direito, pós 1988. Vejamos o que diz o Art. 194 “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2003, p. 193).

A partir da segunda metade dos anos 2000, as políticas de assistência social evoluíram e passaram a fortalecer o pacote redistributivo de medidas implementadas no país e o combate à desigualdade. Um aspecto facilitador da capacidade municipal de se manter como entidade centralizadora da lógica de implementação da política social está em inovar e experimentar suas políticas. Os níveis estadual e federal geralmente projetam suas políticas com base em políticas e programas municipais bem-sucedidos, permitindo que eles sejam dimensionados e tradual são o Programa Bolsa Família² e o Programa Saúde da Família³.

No campo das políticas públicas, na área da assistência social, o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS) traz em suas prioridades ações junto à família que são tidas como o núcleo primeiro de apoio. Já o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se constitui na regulação e organização do que encontramos na PNAS, através de uma gestão descentralizada (VASCONCELOS; MORGADO, 2005).

A PNAS (2004) declara a Assistência Social como uma Proteção Social não partidária e universal. Assim, identifica ações que visam proteger os cidadãos/a dos riscos sociais e pessoais que existem no ciclo de vida e atender às necessidades do indivíduo ou da comunidade. (COUTO, 2004).

Portanto, todos esses requisitos devem ser atendidos pela política de assistência social garantindo a sobrevivência de todos, sejam suas limitações no trabalho ou desemprego, tenham meios financeiros para garanti-los em políticas ou programas de longo alcance. Dois exemplos notáveis em nível federal sobre sua sobrevivência. Essas garantias de assistência social certificadas pela PNAS/2004 são ações diretas para pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas, famílias completamente desprovidas de meios para obter

² Criado em 2004, foi considerado o principal instrumento de combate à pobreza utilizado pelo Governo Federal no Brasil. Tem como objetivos básicos: Combater a miséria e a exclusão social, por meio da transferência do benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos como a saúde, educação, assistência social e segurança alimentar, além de promover a inclusão social contribuindo para a emancipação das famílias consideradas pobres e extremamente pobres. (IPEA, 2011)

³ Principal estratégia de organização da atenção primária, tendo como foco a família no seu espaço físico e social. Tem como objetivo melhorar o estado de saúde da população, mediante a construção de um modelo assistencial de atenção baseado na promoção, proteção, diagnóstico, tratamento e recuperação da saúde, em conformidade com os princípios do SUS e dirigido aos indivíduos, à família e à comunidade. (BRASIL, 1994).

condições básicas para sua produtividade e reprodução social no marco dos valores da cidadania. Nesse sentido, a assistência social se insere como política:

Marcada pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob a vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade (PNAS, 2004, p.32).

Com isso, a Política de Assistência Social estabelece sua especificidade no campo das políticas sociais, em que se fixam as obrigações do país a serem garantidas aos cidadãos brasileiros.

Assim, pensar políticas públicas a partir das discussões acumuladas até o momento significa no contexto deste trabalho aliar capacidade técnica de leitura da realidade às possibilidades políticas da intervenção, tomando-as como partes de um mesmo processo. De um lado, não vale aqui a máxima do senso comum de que na prática a teoria é outra, na medida em que nem a formulação é apenas teórica e nem a implementação e a avaliação são atividades puramente práticas. De outro, é preciso conhecer em profundidade a realidade sobre a qual deve se dar a intervenção, focalizando as estratégias da ação para aqueles que, como considerados a seguir, devem constituir-se nos pontos centrais das políticas públicas: o enfrentamento das desigualdades ali onde não são tão visíveis.

Na definição de suas ações e objetivos, a política pública no contexto da acessibilidade, deve servir de guia contra qualquer desigualdade, exclusão ou restrição que impeça o reconhecimento, gozo ou exercício de direitos em igualdade de condições, valorizando e promovendo os protagonistas e as escolhas de cada indivíduo. O reconhecimento e a participação sustentam o conceito de política pública na perspectiva da inclusão social, pois é direito de todos pertencer a uma comunidade e ser incluído socialmente. Com isso, todos devem ter acesso à educação e ao trabalho com igualdade de oportunidades sem discriminação. Referente às pessoas com deficiência, é necessário implementar medidas adequadas para garantir o apoio e não permitir a discriminação com base em condições físicas, intelectuais, espirituais ou sensoriais, muito menos expulsá-las à força da comunidade.

Pensando nisso, desenvolver políticas públicas efetivas para pessoas com deficiência é uma oportunidade para colocar esse tema em pauta, além de fomentar reflexões e ações que suscitam questionamentos permanentes sobre o verdadeiro papel social de se criar ambientes de humanização nas relações humanas. Desta forma, é compreensível que o poder público tenha

a responsabilidade de proporcionar condições adequadas para que todas as pessoas, inclusive as pessoas com deficiência e as pessoas com mobilidade reduzida, possam circular com facilidade nas ruas da cidade, espaços públicos ou coletivos, e contribuir para a inclusão social, essencialmente, para o desenvolvimento de vidas saudáveis e sociedades inclusivas.

Embora as normas sejam elaboradas por consenso entre as partes envolvidas, isso não garante que sejam promulgadas por decreto, sendo tais requisitos necessários para que as normas saiam do papel, como: qualidade técnica; interesse de usuários e da sociedade em geral e respaldo de grupos econômicos ou do poder público. Como mencionado, a combinação desses três resultou em uma enorme melhoria na regulação no Brasil. O cumprimento regulatório inadequado devido à fiscalização e à falta de cultura torna esses requisitos ineficazes, portanto, fica claro que essas normas não se materializam de maneira geral em que o cotidiano das pessoas é relevante para o meio ambiente geral. Observamos algumas iniciativas específicas – que com certeza requerem reconhecimento — entretanto nenhuma região ou cidade brasileira é acessível consideravelmente.

O tema inclusão é amplamente estudado e debatido por pesquisadores hoje. Na maioria das vezes, no entanto, ações e políticas públicas efetivas que visem a inclusão de todos na sociedade muitas vezes não atingem seus objetivos. Um exemplo disso é a inclusão de Surdos em instituições públicas, pois mesmo com legislação específica para esse atendimento, percebe-se a falta de profissionais capacitados para atendê-los. Fruto de uma produção intensa e arrastada, a sociedade inclui constantemente a comunidade surda, tal como as inúmeras outras especificidades, mas ainda há muito do que percorrer.

1.2 UM RESGATE SOCIAL E HISTÓRICO DAS PESSOAS SURDAS

O Surdo é considerado incompatível, face a ideologia do estereótipo, como explica Skliar (1998):

Nunca a representação estereotipada vai dar à representação da identidade surda um lugar social. O estereótipo sobre o surdo jamais acolhe o ser surdo, pois imobiliza-o a uma representação contraditória, a uma representação que não o conduz a uma política da identidade (pp. 54 e 55, 1998).

Segundo o último Censo (IBGE, 2010), no Brasil há aproximadamente 5,7 milhões de nativos Surdos ou que apontam alguma espécie de deficiência auditiva. Conforme o Decreto nº 5.296/04, o artigo 5 exhibe que pessoa com deficiência auditiva possui a definição de quem tem

“perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500hz, 1.000hz e 3.000hz” (BRASIL, 2004). Além disso, o Decreto nº 5.626/05 esclarece em seu capítulo 1, que pessoa surda é aquela que “por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS” (BRASIL, 2005), lei que foi regulamentada somente no ano de 2002 e passou a ser o meio oficial de comunicação das pessoas surdas proporcionando-lhes a oportunidade de se relacionarem com o mundo dos ouvintes, assim como a sua interação na sociedade. No entanto, a Libras ainda não está totalmente difundida no país e isso resulta no impedimento do exercício pleno da cidadania do Surdo.

As pessoas surdas têm perda auditiva que varia de leve a completa, o que dificulta a comunicação por meio da linguagem falada e decidem que precisam recorrer a outro canal para se expressar, a língua de sinais. A perda auditiva afeta diretamente as relações sociais, o que significa que afeta diretamente a autonomia e a emancipação do indivíduo com deficiência. Este problema é agravado pelo grau de perda auditiva.

Desde o século XV, a educação de Surdos era vista como um caso mórbido curável, de modo que vários médicos se interessaram por esse estudo, visto que muitos profissionais interessados tinham familiares Surdos. A princípio, pensava-se que a oralização era a forma mais eficaz de “educá-los”, pois a sociedade se comunicava por meio da linguagem oral, e os gestos (como se referiam aos sinais) na comunicação surda-surda e surda-ouvinte deveriam ser banidos a todo custo nesse período, abordagem conhecida como oralismo. A sociedade, principalmente médicos e educadores, observou que a nomenclatura estava errada, e após diversos estudos concluíram que os órgãos vocais dos Surdos, assim como os dos ouvintes, estavam preservados, de modo que a palavra “mudo” não era (e continua não sendo) adequado. No entanto, sentimentos de "culpa" e discriminação ditam que o conhecido termo "deficiente auditivo" é mais bem usado para se referir aos Surdos.

Na análise de Carvalho (1997, p.13), nota-se que “Pessoas nascem com deficiências em todas as culturas, etnias, níveis socioeconômicos e sociais”. Ele ainda esclarece que “[...] Em todos os tempos e épocas, sabe-se que pessoas nascem ou tornam-se portadoras de deficiência: cegas, surdas, com limitações intelectuais ou físicas”. A surdez é possível ser captada como a audição socialmente incapacitante. Isto é, os Surdos em consequência de não poderem ouvir, não desenvolvem a linguagem falada. Todavia, isso não os impede de se comunicarem, pois, sua língua nativa é a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua materna, que

possibilita a sua comunicação em diferentes contextos (BRASIL, 2007). As características e os problemas enfrentados pelos Surdos carecem de uma análise mais aprofundada. São inúmeros os fatores que determinam os problemas da surdez, e somente uma avaliação muito ampla da realidade pode ser capaz de perceber as diferentes situações que acabam por levar tais problemas, soma-se a isso as adversidades que enfrentam para poder se manterem com dignidade.

O bilinguismo propõe que o surdo se comunique fluentemente na sua língua materna (língua de sinais) e na língua oficial de seu país. Oral ou escrita? Essa questão polêmica divide os educadores de surdos. No entanto, todos concordam que o desenvolvimento cognitivo, afetivo, sociocultural e acadêmico das crianças surdas não depende necessariamente de audição, mas sim do desenvolvimento espontâneo da sua língua. A língua de sinais propicia o desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança surda, facilita o processo de aprendizagem, serve de apoio para a leitura e compreensão.

Nesse ponto de vista, é necessário acentuar que um dos obstáculos enfrentados pelo Surdo é a construção política desde o “poder ouvinte”, assim dizendo, num ponto de vista ouvintista, do indivíduo considerado “normal”. É importante desapossar-se do termo de “corpo deteriorado”, algo que precisa de tratamento, uma vez que proporciona o distanciamento de dilemas como a demanda de normalização da concepção de uma maioria ouvinte e parte-se para a compreensão de um levantamento de identidade do indivíduo, em respeito às suas distinções.

Quanto à cultura surda, é essencial o entendimento de que não são apenas sujeitos Surdos que a formam, mas os usuários da língua de sinais. Dentro de qualquer cultura existe um multiculturalismo, ou seja, essa se constrói a partir da relação com outras culturas, inclusive com a cultura ouvinte nesse caso (GESSER, 2009, p. 52).

Vale reforçar que qualquer língua de sinais é tão natural e tão humana quanto qualquer língua oral, com todos os aspectos que formam sua estrutura gramatical fazendo-a (compreendendo-se uma) língua. A apropriação da língua de sinais é extremamente importante na definição da identidade do povo surdo. Considerando isso para o entendimento de cultura surda, essa identidade proporcionará ao sujeito um campo de saber e poder, na construção de visão de mundo, do modo de ser, no entendimento e na transformação da sociedade. Isso constitui uma conjuntura de consciência política, valores, movimento social, lutas, direitos e estratégias (PERLIN e STROBEL, 2014). Um atendimento de qualidade e eficiente à pessoa surda pelo profissional de serviço social, então, dentro do contexto atual, é muito mais do que

compreender sua cultura, falar a sua língua e permitir-lhe o acesso à informação, é respeitá-lo enquanto um cidadão de direitos.

Nessa direção, a inclusão, que é sinônimo de: trazer, inserir, fazer e fazer parte de algo, é sem dúvida uma prioridade, até pelo grande número de pessoas a serem incluídas, principalmente quando falamos de inclusão de pessoas na sociedade, vida política e econômica. Esses direitos estão expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, da Organização das Nações Unidas (ONU), que destaca que os direitos humanos que trazem a cidadania são: Direitos Civis - direito à liberdade e segurança pessoal; à igualdade perante lei; à livre crença religiosa; à propriedade individual ou em sociedade; e o direito de opinião (Art. 3º ao 19); Direitos Políticos - liberdade de associação para fins políticos; direito de participar do governo; direito de votar e ser votado (Arts. 20 e 21); Direitos Econômicos - direito ao trabalho; à proteção contra o desemprego; à remuneração que assegure uma vida digna, à organização sindical; e direito à jornada de trabalho limitada (Arts. 23 e 24); Direitos Sociais - direito à alimentação; à moradia; à saúde; à previdência e assistência; à educação; à cultura; e direito à participação nos frutos do progresso científico (Art.25 ao 28). Nenhum cidadão pode ser privado desses direitos.

A interdependência dos direitos humanos exige expressão intersetorial e, portanto, exige investimento em estruturas institucionais baseadas no diálogo rotineiro e sistemático entre as diversas pastas que compõem o poder executivo, possibilitando a construção e o uso de “ferramentas de mudança” para criar um crescimento sustentável desse ambiente, economia e sociedade, de fato, responde à questão do grau de especialização e complexidade que apresentam.

Com base em nossa visão para os direitos das pessoas com deficiência, diz-se que muito tem sido feito para tornar esses estudos mais respeitosos com sua nacionalidade, pois a história humana está repleta da imagem que muitas pessoas com deficiência sofrem física e mentalmente, uma imagem que se referia à imperfeição humana, pesada demais para suportar.

A inclusão de pessoas que vivem com deficiência, segundo Gugel (2005), tem sido sugerida em diversos fóruns e debates dessa vertente, que há muito tem sido ignorada pela população e pelo Governo, pois não previa políticas sociais de direito ou que tivesse acesso a eles.

Segundo a autora, pensar a inclusão social das pessoas com deficiência em seu trabalho significa envolvê-las na vida política, econômica e social, garantindo o respeito aos seus direitos dentro do setor, do Estado e da esfera pública, ou seja, chamados direitos humanos e cidadania.

Em concordância com Bussinger (1997), o conteúdo desses chamados direitos humanos não poderia se limitar à ideologia por trás da revolução política liberal. Os direitos humanos devem ser regidos por seu tempo, lugar, diversidade cultural e devem se referir à pessoa material, determinada histórica e socialmente pela origem de sua classe e, entre outros, por seu status social.

De acordo com Mazzota (1996), a partir de meados do século XX, foi possível identificar nos princípios sociais, a conquista e o reconhecimento de outros direitos civis, por meio de medidas individuais e ações de indivíduos ou grupos, indicando que a cidadania está sendo ampliada a partir de organização e mobilização social.

A garantia de direitos humanos e inclusão social das pessoas com deficiência se reflete nas normas, tal como nos valores básicos de igualdade de tratamento e oportunidades, justiça social e do respeito à dignidade da pessoa humana dentre outros, conforme consagrado na Constituição da Organização de 1988, Lei 7.953 de 1989. Prevê, entre outros, o apoio social e a inclusão de pessoas com deficiência, posteriormente regidos pela Proclamação nº. 3.298, de 1999, que estabelece os critérios para determinação da identidade das pessoas com deficiência e qual o nome adotado após o Brasil ter ratificado a Convenção das Nações Unidas/ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. (XAVIER, 2015)

Procedendo da realidade do Brasil, o diálogo internacional sobre a questão da deficiência ainda precisava ser abordado, pois o foco desse contexto assistencial era que as restrições institucionais sobrecarregavam o sistema, o que, por sua vez, despertou o interesse pela questão da independência. Isso também deve abordar os direitos humanos, especialmente a minoria.

Portanto, constata-se que na definição de suas ações e objetivos, a política pública nesse contexto da acessibilidade, deve servir de guia contra qualquer desigualdade, exclusão ou restrição que impeça o reconhecimento, gozo ou exercício de direitos em igualdade de condições, valorizando e promovendo os protagonistas e as escolhas de cada indivíduo. O reconhecimento e a participação sustentam o conceito de política pública na perspectiva da inclusão social, pois é direito de todos pertencer a uma comunidade e ser incluído socialmente. Com isso, o acesso permanente à educação e ao trabalho deve ser direito de todos à igualdade de oportunidades sem discriminação com base em condições físicas, intelectuais, espirituais ou sensoriais, muito menos expulsá-las à força da comunidade.

Questões sobre a falta de harmonia entre normas e práticas são constantes na vida de quem precisa dessas ações para alcançar a autonomia. Um dos efeitos mais prejudiciais nas

políticas públicas é a descontinuidade dos programas de tecnologia quando os mandatos mudam (FILHO, 2010). Essa atitude já está enredada na história das instituições políticas e, além de impactar negativamente o planejamento dos órgãos responsáveis pela execução dos projetos, municípios e regiões metropolitanas têm dificuldade em aprovar e cumprir os planos urbanísticos.

Por conta disso, a sociedade tenta encaixar as pessoas com deficiência nos espaços de forma superficial. Por serem vistos como uma pequena parcela da população, são vistos como não pertencentes a essa sociedade, gerando um fator de exclusão social, e muitas pessoas continuam sendo restringidas por eles. Apesar de todas as regulamentações para garantir sua acessibilidade e livre circulação, essa população ainda é negligenciada pelas instituições públicas e pela sociedade, que é contaminada por barreiras comportamentais além das barreiras físicas existentes.

No caminho para que cada indivíduo possa desenvolver um novo significado de individualidade, acredita-se que a sociedade precisa perceber o outro com heterogeneidade para compreender a condição humana e sua diversidade, e como tal, espera-se que a acessibilidade deixe de ser considerada como um lugar especial - evacuada - apenas para pessoas com deficiência e sim universalmente projetado para atender o maior número de pessoas possível. O conceito de desenho universal passou a considerar o conceito de acessibilidade universal na nova norma, e seu principal sinal foi equalizar o sujeito perante a sociedade, para que essas pessoas com características diferentes pudessem entrar no mundo. (FERNANDES; PINHEIRO, 2015).

Portanto, uma sociedade só é democrática se demonstrar capacidade de atender às diferentes exigências e peculiaridades de seus cidadãos. Há uma necessidade urgente de desenvolver uma política pública exigindo e fiscalizando a implementação de inúmeras leis e normas para garantir a cidadania e superar os padrões de bem-estar existentes nas instituições que lidam com a deficiência. Na busca por novas políticas, o caminho a seguir é dar igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência e aos altamente capazes, ao invés de apoio pontual.

Esta declaração destaca a necessidade de ação em nosso país. Ainda, no que se refere às medidas de política social para pessoas com deficiência, destaca-se o Benefício de Prestação Continuada - BPC, destinado a idosos e pessoas com deficiência, que garante um salário-mínimo para beneficiários que possam suprir suas necessidades básicas ou familiares, bem como o programa de cotas no mundo do trabalho. Outras conquistas podem ser listadas, como a lei de acesso, a disponibilização de equipamentos ortopédicos no Sistema Integrado de Saúde

- SUS e a introdução da Educação Inclusiva. Entretanto, refira-se que os indicadores, baseados no Índice de Desenvolvimento Humano/IDH, e o nível de vida das pessoas com deficiência são inferiores aos do público em geral. (MTE, 2007).

Nesse sentido, pretende-se destacar o empenho dado à discussão do tema no campo dos direitos humanos das pessoas com deficiência, na definição ampla de deficiência, especialmente na prestação efetiva e prática dos serviços básicos de proteção social nas unidades de assistência social do município de Maricá, não só para a prestação de serviços, mas para programas, projetos, na promoção da cidadania, identificando potenciais barreiras e oportunidades em relação à efetiva implementação dos direitos.

Berenice nos diz que “é impossível trabalhar na ótica dos direitos sem conhecê-los e impossível pensar na sua implantação se não estiver atento às dificuldades de sua implementação.” (COUTO, 1999, p. 207)

Deve-se integrar a política de recursos humanos, uma política de capacitação dos trabalhadores, gestores e conselheiros da área, de forma sistemática e continuada, pois o desafio de trabalhar recursos humanos é grande em um contexto em que o Estado foi reformado na perspectiva de seu encolhimento e desresponsabilização social. Com o enxugamento realizado na máquina estatal, os recursos físicos, humanos, materiais e financeiros se precarizaram fragilizando a política.

“A gestão do trabalho no SUAS compreende o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização do trabalhador e à estruturação do processo de trabalho institucional, o âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” (NOB/SUAS, 2005).

Devido a implementação do SUAS, o trabalho do Assistente Social no município de Maricá se expandiu em diversos setores e espaços sócioocupacionais, principalmente na política de Assistência Social e, através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e da Secretaria de Assistência Social num contexto geral, podemos perceber a inserção e o trabalho deste profissional.

Com isso, vale realizar uma retrospectiva de que forma ocorreu a implementação da Política de Assistência no Município de Maricá e como a acessibilidade adentra inserida nas políticas públicas para pessoas com deficiência, especificamente, para pessoas surdas.

2 ASSISTÊNCIA SOCIAL: POLÍTICA PÚBLICA E O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM MARICÁ.

2.1 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MARICÁ

A pesquisa de campo foi realizada no Serviço de Proteção Social Básica para Pessoas com Deficiência e Idosas⁴ no município de Maricá. Maricá é uma cidade da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. O município faz fronteira com o Oceano Atlântico e com os municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá e Saquarema. Em agosto de 2021, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou uma estimativa de 167 mil habitantes.

FIGURA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE MARICÁ



FONTE: <<http://www.codin.rj.gov.br>>

Segundo análise do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de todas as cidades do Brasil, Maricá é o município do Brasil com maior arrecadação de royalties,

⁴ Este Serviço está previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), no bloco de serviços da Proteção Social Básica (PSB), e tem por finalidade garantir direitos e prevenir agravos de situações de vulnerabilidade sociais que possam provocar a fragilização ou o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Disponível em:

<https://redeassocialpg.files.wordpress.com/2016/11/orientac3a7c3b5es-sobre-spsb-no-domic3adlio.pdf>

proveniente da participação especial em produção de petróleo, divulgado em relatório feito com dados de 2016 a 2019. Para a Agência Nacional de Petróleo (ANP), Maricá se beneficia por sua proximidade dos grandes campos do pré-sal, localizados nas Bacias de Todos os Santos e Búzios. Nos últimos anos Maricá vem investindo esses recursos arrecadados com os royalties do petróleo em melhorias da infraestrutura da cidade. Esses royalties de petróleo são decorrentes do modelo de concessão, anterior à Lei 12.858/2013, sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff (2013), que tornou obrigatória a destinação de 75% dos recursos do pré-sal à educação e 25% para a saúde.

Na contramão da governança de municípios, estados e países, Maricá, em sua atual gestão, abraçou o desenvolvimento econômico de base social, utilizando ações voltadas para a sociedade como um todo, buscando respeitar a diversidade dos grupos sociais. A partir do diálogo entre governo e sociedade civil, principalmente o segmento de baixa renda, o município está investindo no fortalecimento de práticas e programas que promovam o acesso nacional e a participação participativa, com mudança de valores e qualidade de vida dos cidadãos.

Nesse sentido, a cidade tem colocado grandes desafios ao desenvolvimento sustentável, tanto econômica quanto socialmente, devido ao enorme investimento que tem recebido. Podemos apontar que a falta de ações de planejamento que possam dar conta desse processo de crescimento pode gerar conflitos locais e desigualdade social. Por isso, busca-se tornar uma cidade de qualidade para a saúde de todos os seus habitantes, investindo em grandes atividades de saneamento, infraestrutura, escolas/graduação/bolsas, cultura e saúde (novos hospitais e clínicas odontológicas), além de incentivar a participação de seus moradores na construção do imóvel local.

Realizando uma trajetória às ações voltadas à Assistência Social no município de Maricá, pode-se observar que elas estavam vinculadas ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), com a finalidade de apoiar a consolidação da Atenção Primária no município.

Com a Lei nº 8.742, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e das outras providências, o presidente da república no Congresso Nacional decreta e sanciona a LOAS. Com isso, é com a Lei nº 1.544 de 21 de agosto de 1996, foi criado o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e no mesmo ano aprovou-se a Lei que compete ao Fundo Municipal de Assistência Social (Lei nº 1.547). Neste mesmo cenário, foi instituída a Secretaria Municipal de Ação Social com o foco em desenvolver ações nas áreas da família, crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência

A partir de 2001, a Secretaria de Ação Social estrutura-se em duas áreas: Criança e Adolescente e Família e Comunidade, com inúmeros projetos e programas focalizados nessa área com apoio de entidades sociais sem fins lucrativos, como o Centro Social da Paróquia Nossa Senhora do Amparo, sindicatos e clubes de serviço. E em 2004 temos mais um marco importante para complementar o trabalho efetuado no município de Maricá que é a criação da Política Municipal do Idoso, baseando-se no Estatuto do Idoso (Lei Federal n 10.741, de 01/10/2003).

Com a necessidade de adaptação da gestão municipal com a Legislação do SUAS, a Secretaria passa a se organizar nas áreas de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), reordenando todos os serviços conforme os níveis de proteção e normativas legais. A nomenclatura Secretaria Municipal de Assistência Social foi adotada a partir da Lei Municipal no 5.307/2009, instituindo também algumas divisões para que a gestão se organizasse a partir de determinados departamentos. Os serviços e programas disponibilizados pelo Município de Maricá, se organizam de forma histórica olhando além de apenas reconhecer fatores ou situações de desproteção no contexto familiar.

O município de Maricá contém atualmente nove CRAS e a atuação do profissional tem sido um desafio constante. Em sua maioria, os profissionais que trabalham nos equipamentos são por vínculo de contrato, excluindo o vínculo empregatício de carteira assinada. Com isso, o profissional se sente desamparado mediante seus direitos trabalhistas e como consequência sente-se desestimulado, não sendo oportuno expressar suas opiniões, debater assuntos concernentes à sua atuação, acarretando desconforto e incapacidade profissional.

O Serviço Social é uma profissão que surgiu com o objetivo de intervenção nas expressões multifacetadas da questão social em um certo período histórico, tendo um caráter sociopolítico, crítico e interventivo.

“O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviço socioassistenciais - indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológico) - realizada nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da questão social, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões.” (IAMAMOTO, 2008, p. 163).

A Assistência Social é reconhecida como política pública essencial e deve desempenhar suas atribuições a fim de garantir a proteção social pública a quem dela necessitar como direito. Estamos falando sobre um campo protetivo demarcado pela garantia de renda, de convivência

familiar e comunitária, acolhimento, autonomia, apoio e auxílio. No Brasil, esses seguros socioassistenciais estão reconhecidos como fundamentais na estrutura de proteção e seguridade social, excepcionalmente, após a Constituição Federal de 1988. Atuando de forma centralizada e participativa, é responsabilizada por definição aos três entes federados - governo federal, estadual e municipal - os quais implicam nas ações, principalmente em cenários de calamidade e emergência.

A partir da Constituição Federal de 1988, podemos ver no Art. 203⁵ que a Assistência Social é instituída a quem dela necessitar, enfatizando a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. A partir do exposto, é notório o caráter protetivo da política de Assistência Social, princípio esse destacado com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, que regulamenta a Assistência Social. A Secretaria de Assistência Social de Maricá executa as ações de política em meio às diretrizes que integram a ação da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, específica para organizar, regular e nortear a partir de uma perspectiva do SUAS. Nesse sentido, o Código de Ética do Assistente Social de 1993 é um instrumento de referência para aprimorar o trato do assistente social com o usuário e seu comprometimento profissional em elaborar uma boa atuação teórico-prática. Ou seja, é um “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CRESS, 2008, p. 31)

É importante ressaltar que um atendimento eficaz, baseado na interdisciplinaridade (psicólogo, assistente sociais e demais profissionais) se opõe a agenda neoliberal, que nesses espaços pretende fragmentar o atendimento, de forma a ser apenas multiprofissional, precarizando a formulação de respostas às demandas sociais. Logo, ao estabelecer uma interlocução horizontal e interdisciplinar entre as categorias, o assistente social contribui com a expansão da defesa dos direitos e benefícios sociais. A partir disso, Melo e Almeida nos complementam que

A interdisciplinaridade, mesmo para alguns de seus adeptos, não pode prescindir de uma boa dose de disciplinaridade, ou seja, é necessário que o profissional envolvido em trabalhos interdisciplinares funcione como um pêndulo, que ele seja capaz de ir e vir: encontrar no trabalho com outros agentes, elementos para a (re)discussão do seu lugar e encontrar nas discussões atualizadas pertinentes no seu âmbito interventivo, os conteúdos possíveis de uma atuação interdisciplinar. Não é afevelado naquela caricatura, que o profissional vai encontrar o tão sonhado espírito de equipe. Muito pelo contrário, ela pode contribuir para a reprodução de uma imagem de generalista competente, e reforçar significados distorcidos da visibilidade pública da profissão. (MELO, ALMEIDA, 1995, p. 235).

⁵ LEI nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742compilado.htm>

Devem ser criadas e mantidas equipes multidisciplinares, capazes de lidar com os diversos aspectos do problema. No âmbito das relações entre os membros da família, compreende-se que relacionamentos familiares pautados no apoio mútuo, respeito e confiança tendem a fortalecer a unidade familiar. É importante, para que essa garantia dos direitos da pessoa com deficiência seja cumprida em quantidade e qualidade ideal, a formação de redes de proteção integrada. “Esta defesa de direitos deverá traduzir-se numa rede articulada de garantias efetivas, de responsabilização do Estado, família e sociedade, de prestação de serviços e prevenção” (FALEIROS, 1997, p.6).

2.2 A INSERÇÃO DA ACESSIBILIDADE NO MUNICÍPIO DE MARICÁ

Maricá, ao longo dos anos, vem desenvolvendo iniciativas políticas voltadas à inclusão, tais como a construção de espaços públicos acessíveis, onde são instalados em diversos bairros da cidade playgrounds e academias adaptadas. O projeto “Tô na Orla”, cujo intuito é tornar a praia um lugar mais democrático e inclusivo, é um projeto de acessibilidade no qual profissionais foram treinados para que pessoas com deficiência possam tomar banho de mar através de cadeiras anfíbias (cadeira de rodas desenvolvida com a finalidade de permitir o acesso da pessoa com deficiência ao mar). O município oferece, aos profissionais da Educação, curso de Braille, Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o curso de Libras, que é aberto para toda a população.

De acordo com os dados do Censo 2018, Maricá é a segunda maior cidade para crianças com necessidades especiais. Atualmente, 90% dos alunos que necessitam de atenção especial são atendidos na rede municipal de ensino, ante 6,5% na rede pública e 3,5% nas escolas particulares.

Helen Silvia Ribeiro de Azevedo, chefe de Educação da Secretaria de Educação, explica que o excelente resultado de Maricá - atrás apenas da capital do estado, Brasília - é fruto do trabalho realizado na cidade desde 2009, e hoje atende 838 crianças (aumento em 16,5% em relação a 2018), com diferentes tipos de deficiência. Desse número, cerca de 550 recebem atendimento em salas bilíngues (alunos Surdos), em algumas salas para pessoas com deficiência visual e nas salas de serviço, equipadas com material didático. Em uma sala de aula bilíngue, a

professora Helen Rosa e a professora Gilvana Amorim trabalham juntas regularmente para ensinar alunos com dificuldades auditivas em português e Libras - Gilvana, professora de língua de sinais, é também Surda.

Criado em agosto de 2001, o Serviço de Assistência e Reabilitação Especializada de Maricá (SAREM) vem avançando em seu trabalho com crianças, adolescentes e jovens com deficiência (motora, auditiva, inteligência e visão), além de autistas e crianças/adolescentes com dificuldades de aprendizagem. São 28 especialistas atuando na área de psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, dentista, assistente social e psicologia de família, para atender 510 pacientes por semana. Às vezes, pela dificuldade de compreensão dos pais, o tratamento é interrompido e, quando a pessoa com deficiência retorna, o trabalho deve ser reiniciado. O centro atua em rede com as Secretarias Municipais de Educação (Assessoria de Educação Inclusiva), Saúde (Ambulatório Geral e Coordenação de Saúde Mental (CAPS), Assistência Social (CRAS, CREAS) e Conselho de Tutelar, além de solicitar atendimentos aos seus pacientes em instituições públicas e privadas, como o Hospital Universitário Antônio Pedro, N. Sra. do Loreto e Hospital Fernandes Figueiras, se necessário. Atualmente, o SAREM tem necessidade urgente de um neuropediatra ou psiquiatra pediátrico, para completar seu quadro clínico.

O município de Maricá possui dois centros de atendimento gratuito para pessoas com autismo e pessoas com deficiência física: a Casa do Autista e o Centro de Reabilitação, respectivamente. Essas vagas são abertas para crianças de 12 anos e contam com uma equipe de especialistas treinados, composta por fisioterapeuta, fonoaudióloga, terapeuta ocupacional, psicóloga, assistente social, enfermeira, nutricionista, psicomotorista, além de especialistas em acupuntura, pilates e reeducação postural. (RPG).

O serviço de acolhimento para adultos com autismo é raro no Brasil e Maricá é um dos poucos municípios com equipamentos públicos voltados para essa população. Atualmente, 140 pessoas estão em tratamento ou triagem na Casa do Autista e outras 148 já estão listadas nos serviços prestados pelo Centro de Reabilitação, entre atendimentos faciais e hospedagem. Para ser aceito em um dos postos, é necessário ter prévio encaminhamento médico ou comparecer presencialmente. No espaço é realizada triagem e outras dinâmicas e avaliações, procurando prestar um atendimento personalizado e adaptado às necessidades individuais.

O serviço de referência, a Casa do Autista, tem funções de exploração, promoção e reencontro na vida social com a orientação dos familiares e a integração de dinâmicas coletivas. O objetivo principal desses dispositivos é trazer independência para pessoas com Transtorno

do Espectro Autista (TEA), por meio de uma variedade de técnicas profissionais, incluindo terapias que usam música, leitura, arte e estimulação sensorial. Já o Centro de Reabilitação acolhe pessoas com idades compreendidas entre os 12 e os 59 anos, portadoras de deficiência física crônica ou algum tipo de deficiência intelectual. Este espaço possui equipamentos específicos de fisioterapia e realiza trabalho trimestral com os pacientes, avaliando o resultado do programa adotado após esse período.

Maria Beatriz Bastos, Coordenadora de Reabilitação da Secretaria de Assistência Social de Maricá, reforça o papel das estruturas comunitárias de mobilização social para as pessoas com deficiência (PCDs), que estão se desenvolvendo em Maricá.

“Essas duas instituições governamentais são novas e sua principal diferença está na oferta de atendimento diversificado a idosos com autismo ou deficientes físicos e incapazes de andar. Os jovens que estão a ser atendidos pelo Serviço Especial de Reabilitação de Maricá (SAREM) estão constantemente a deslocar-se para a Casa do Autista e o Centro de Reabilitação, melhorando os serviços e reduzindo a lista de espera”

Além disso, é interessante abordar a existência da Secretaria de Políticas Inclusivas no município que tem o objetivo de atuar nas lacunas ocasionadas pelo acirramento das questões sociais no município. A Secretaria de Políticas Inclusivas (SPIN), foi criada em 20 junho de 2017, tendo como gestora a Sr^a. Sheila Pinto, e atualmente, o gestor Clauder Peres.

Possuindo as prerrogativas de promover ações de cidadania com enfoque no desenvolvimento pessoal, econômico e social da população que vive cotidianamente em situação de vulnerabilidade social, a SPIN desenvolve ações e atividades de incentivo à inclusão social, planeja, implementa e monitora projetos, programas e serviços de políticas inclusivas. Estrutura o atendimento, procedimentos técnicos, fluxos de trabalho e monitoramento e avaliação dos seguintes segmentos sociais: PCDs (Pessoas com Deficiências) e familiares, população em situação de rua, Egressos do Sistema Penitenciário e familiares; sendo extensivo a todas as políticas inclusivas transversais.

Desde sua criação, a SPIN vem desenvolvendo ações de cunho informativo, educativos e de conscientização, através de cursos de capacitação, rodas de conversa, seminários, conferências, lives e oficinas, discutindo temas voltados para inclusão social, sobretudo da população em estado de extrema vulnerabilidade de Maricá.

Temos como exemplos alguns de seus projetos implementados e atuações: o estudo que gerou o diagnóstico de toda população em situação de rua do município de Maricá, para que a partir deste, políticas públicas fossem implementadas; Escritório Social: programa do CNJ

(Conselho Nacional de Justiça), em parceria com a Prefeitura de Maricá, voltado para o atendimento de pessoas que passaram pelo sistema prisional e seus familiares. O Escritório Social é uma Política Pública Nacional, já implementada em 25 municípios do País; Atendimento a Egressos do Sistema Penitenciário e familiares, o que gerou a criação do CREFAM (Centro de Referência para Egressos e Familiares), em andamento. O CREFAM atuará através de uma série de ações voltadas para reinserção social, familiar e profissional dos egressos; Criação/elaboração do CRPI (Centro de Referência de Políticas Inclusivas), criado para fomentar o conceito de inclusão e oferecer serviços de atendimento inclusivo e capacitações aos munícipes com ou sem deficiência e seus familiares; Projeto “Movimento PSICOVIDA”, oferecendo à população de Maricá atendimentos psicoterapêuticos, para pessoas maiores de 18 anos. Um projeto de cunho emergencial, estabelecendo uma rede de apoio psicológico neste período intra e pós pandêmico, para minimizar o que já é chamado de “quarta onda”, ou seja, o fenômeno já entendido pelos especialistas como causador de diversas doenças mentais em decorrência da pandemia. Esta rede de apoio é mais uma oferta à população para ajudá-la a desenvolver suas habilidades psicológicas e solucionar seus conflitos estrategicamente

2.3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ao abordar a Mediação⁶ do serviço social na defesa e garantia dos direitos da pessoa com deficiência, vimos apresentar a experiência no estágio de Serviço Social, que foi executado na Secretaria Municipal de Assistência Social no Serviço de Proteção Social Básica para Pessoas com Deficiência e Idosas, durante o período de 15/02/2020 a 28/03/2022. O objetivo do projeto foi a qualificação de profissionais, e a quem se interessar, através de curso especializado oportunizando a inclusão social ligada diretamente à qualificação de LIBRAS. Além de informativos acerca dos direitos que muitos usuários desconhecem sobre o serviço. Analisando a experiência, é possível observar que é uma Instituição voltada para todos os tipos

⁶ A mediação se torna ação interventiva da categoria profissional, atuando de forma direta ou indireta, para resolução dos conflitos e como forma de auxiliar o problema apresentado pelos usuários do serviço. A mediação faz com que, de forma mais direta, entre em acordo as partes do processo evitando o processo litigioso, e, de forma indireta, busca solucionar as questões decorrentes do senso comum e vivência das pessoas em relação às crianças e adolescentes.m

de pessoas. Entretanto, a experiência de estágio curricular se apresentou diretamente a pessoas com deficiência e idosas, justificando o enfoque deste estudo.

A intervenção do Serviço Social, realizada ao longo do estágio, exprimiu-se de considerável relevância, uma vez que se pode atuar com pessoas com deficiência auditiva que são atendidas pela instituição. Ressalta-se que a intervenção do serviço social parte da leitura acerca do indivíduo, a fim de que ela se estabeleça diante de seu contexto de vida e a conduza em concordância com seus requerimentos e direitos. Num cenário de pandemia, observamos que a atuação profissional nas emergências deve seguir aos princípios e diretrizes do SUAS com relação a adoção de ações intersetoriais e interinstitucionais, com a finalidade de garantir a proteção social à população impactada, dando prioridade para as famílias que mais necessitam de amparo e proteção.

A Mediação de Serviço Social é um elo que transforma em realidade a garantia da deficiência de uma pessoa, por meio da construção, desenvolvimento e implementação de projetos, e onde o serviço é disponibilizado à pessoa com deficiência por transferência para outro estabelecimento ou rede de apoio e garantia de direitos, ou até mesmo recebendo benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Muitas pessoas com deficiência podem saber que têm um direito, mas não sabem como obtê-lo, portanto, a intervenção de um assistente social transforma direitos em realidade.

Conseqüentemente, podemos dizer que o diálogo avançado pode se concentrar em abordar questões específicas e significativas da vida, bem como fatores não materiais e independentes, como o conhecimento dos direitos, o reconhecimento da identidade pessoal e o fortalecimento da autoconfiança, inclusão em atividades de grupos comunitários, entre outros.

Nesse processo, a atuação do assistente social no SPSB no domicílio é um campo composto por quatro assistentes sociais, uma psicóloga e uma estagiária de Serviço Social. A assistente social é a primeira a contatar o centro familiar. É com o registo feito pelo Serviço Social que se inicia a relação entre o Serviço e a família. O setor social tem como objetivo estabelecer um vínculo entre as famílias e a instituição, realizar estudos de casos individuais, realizar pesquisas para avaliar a realidade e trazer à tona a opinião pública e promover a ação e as políticas comunitárias, planejando, definindo e implementando programas e projetos. Sempre que necessário, orienta indivíduos e grupos, auxilia na identificação de recursos e no acesso a eles, realiza pesquisas socioeconômicas com as famílias, a fim de prestar o melhor atendimento possível, e direciona a questão do acesso aos benefícios e serviços comunitários.

Faleiros (2014, p. 709) enfatiza que: “a prestação de serviços sociais está assim condicionada pela legislação, pelo orçamento e pela gestão dos serviços num processo de trabalho dependente de uma subordinação gerencial, e por relações trabalhistas de um contrato salarial (...)”.

Por outro lado, os sujeitos que procuram o serviço social lidam com o dia a dia de uma relação de exclusão e ao mesmo tempo aceitam ou rejeitam sua exclusão, e os profissionais enfrentam o desafio de contribuir para mudanças no processo de viabilização dos estudos na área jurídica, no acesso à lei e condições de vida. (FALEIROS, 2014, p. 710).

As relações trabalhistas estão inseridas na questão da produtividade, exigências de autoridade, recursos escassos, práticas de corte de custos e cortes de financiamento no neoliberalismo. Nesse contexto, é preciso levar em consideração as condições de trabalho e, ao mesmo tempo, os interesses, desejos e necessidades das pessoas, tanto pessoais quanto coletivas, que exigem intervenções e ações variadas com estratégias complexas na fusão das forças existentes.

É nesse cenário de poder que se analisam as relações em que os sujeitos se encontram. São as relações de governança e as relações que caracterizam o processo emancipatório da dinâmica competitiva, que inclui a efetivação de direitos. Embora geralmente reivindicados como universais, eles são determinados por condições de vida e estilos de vida que definem.

Essa movimentação pelo direito e sua institucionalidade prática determina que possui uma probabilidade de correlação entre direito do cidadão e dever do Estado, não sendo, pois, um direito genérico, sem garantia. A sociedade passa, então, a ser digna de benefícios, ações, condições de vida, formas de vida, pelo dispositivo de superestrutura jurídico-política com exigência de prestabilidade. Não é o assistente social que os garante, apesar de que isso seja capaz de ser captado pelo público, resultando de um pacto político no contexto capitalista da correlação de forças. (FALEIROS, 2010)

Embora ainda existam obstáculos e barreiras a serem superados, percebe-se que lacunas estão sendo criadas e se estimulam a inclusão dessas pessoas nas discussões sobre política social, criando assim uma oportunidade de inovar, reconhecendo a natureza e a cultura dos surdos.

É importante destacar que todas as conquistas foram no decorrer de muitas lutas, movimentos e conflitos para que seus direitos sejam garantidos. A história se repete; os surdos são tratados como deficientes, porém, é importante entender que eles possuem seus detalhes

culturais e linguísticos, é preciso garantir seus direitos. Respeito e garantia de acesso aos serviços públicos e privados e reconhecimento da raça, cultura e língua dessa população.

Sobre a intervenção de especialistas no campo da política social, os autores Míoto e Nogueira (2013 p. 65) explicam:

O trabalho desenvolvido pelos profissionais nas esferas de formulação, gestão e execução da política social é, indiscutivelmente, peça importante para o processo de institucionalização das políticas públicas, tanto para a afirmação da lógica da garantia dos direitos sociais, como para a consolidação do projeto ético-político da profissão.

Dessa forma, os profissionais se deparam com questões importantes, a independência a partir dos princípios em que baseiam suas ações e detalhamento de seu trabalho com base em princípios éticos, teóricos e processos profissionais.

Nesse contexto, Míoto e Nogueira (2013, p. 6 apud Iamamoto 2008) destacam que:

A tensão gerada entre o projeto profissional, que designa o assistente social como ser dotado de liberdade e teleologia, e a sua situação de trabalhador assalariado, ao serem apreendidas subjetivamente, expressam-se através de reclamações acerca do distanciamento entre o projeto profissional e a realidade, ou sobre a discrepância entre teoria e prática.

Sendo assim, é preciso atentar para essas “reclamações”, como ele relata, pois, os espaços ocupados por esse profissional exige liberdade, sendo importante que não haja distância entre seu projeto profissional e a realidade em que se encontra e, sobretudo, não haja diferença entre o ensino e a sua aplicação.

Iamamoto reflete que:

Os assistentes sociais ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos de assistência social, acompanhamento e avaliação de programas e projetos”. (IAMAMOTO, 2001, p.27)

Deixando claro a importância da relação entre o Assistente Social e Políticas Sociais. Como esses profissionais trabalham em uma ampla variedade de questões sociais, eles explicam às pessoas seus direitos sociais e as formas de acessá-los (IAMAMOTO, 2001, p. 26).

Dentro desse contexto, as intervenções para enfrentar a realidade que os Surdos estão vivenciando atualmente, é necessário que se investigue, dentro de suas muitas discussões,

respostas sociais que envolvam os surdos e a comunidade, a interferência cultural, a socialização e a economia.

Diante do exposto, um profissional deve entender os diferentes tipos de informações e como elas podem ser usadas em seu trabalho. Eles precisam usar esse conhecimento para investigar e considerar a verdade por trás das questões sociais, tendo sempre o Código de Ética como sua base. Portanto, o atendimento ao Surdo deve ser feito da mesma forma, devendo o profissional analisar o assunto além da surdez, respeitando o indivíduo como cidadão com direitos e deveres.

2.4 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

Existe um questionamento que está muito presente (e é bom que esteja) no que tange a proposta da ação profissional institucional dos (as) assistentes sociais: “Que fazer numa instituição para responder aos interesses populares sem perder o emprego, ‘levar na cabeça’, e sem cair no assistencialismo e no controle da população?” (FALEIROS, 1987, p. 62). Toda essa questão baseia-se numa intenção de combater a perspectiva conservadora, presente na gênese das instituições de assistência social.

É preciso entender que no aparato institucional existe uma certa correlação de forças, onde o conflito causado pela disputa de posições, provoca lutas pelo poder e de manipulação de recursos, se manifestando evidentemente no processo de seleção dos nomes para os cargos de chefia. (FALEIROS, 1987). O autoritarismo, a burocracia e o clientelismo são os instrumentos que dão o “poderio” hegemônico das instituições à classe dominante. Portanto, o caráter disciplinar, culpabilizador, individualizador e de controle social fazem parte das características das instituições. Essas características estão fundamentadas na ótica neoliberal (no capitalismo em si), uma vez que é preciso controlar a classe trabalhadora (principais usuários da assistência social) para que se consiga manter a ordem capitalista. Como consequência disso, a prática profissional, por vezes, toma caminhos também conservadores, e daí surge a importância de questionamentos que reflitam sobre a ação profissional dos (as) assistentes sociais. Porém, é preciso salientar o caráter contraditório que os mecanismos institucionais possuem, uma vez que:

Ao mesmo tempo em que são controle e manutenção, os mecanismos institucionais são mediações de estratégias de sobrevivência, objeto de reivindicações sindicais, de movimentos sociais, de pressões de vários segmentos sociais. Estas contradições políticas não estão separadas das contradições econômicas, mas se juntam a elas de forma diferente em cada conjuntura. (FALEIROS, 1987, p.68).

Portanto, mesmo havendo um contexto subentendido de “ajustamento social”, as instituições desenvolvem papel fundamental para a reprodução da classe trabalhadora (o que acaba por beneficiar também o capitalismo), como a garantia/ facilitação do acesso aos direitos. Além disso, as instituições são espaços de luta, onde a classe trabalhadora luta para que seus direitos sejam assegurados, por meio da correlação de forças.

Em síntese, para Faleiros (2010) o Serviço Social é uma profissão desenvolvida por meio de uma relação de poder posta, principalmente, dentro das políticas públicas, com suas instituições sociais. Isto é, "O Serviço Social se 'fundamenta' na negação dos antagonismos do modo de produção capitalista. Ele atua, na prática, na camuflagem ou diminuição desses antagonismos" (FALEIROS, 2009, p. 14).

O enfrentamento à uma ação profissional conservadora, alienada e que compreende os problemas sociais como casos isolados, acontece por meio do entendimento entre a importância da teoria e da prática. Entender o papel fundamental que a teoria possui é embasar em fundamentos sólidos da ação profissional. O debate de uma ação profissional precisa estar intimamente ligado com o debate sobre conhecimento teórico que o profissional precisa adquirir. Porém, isso consiste em um desafio para a profissão, como as autoras Valéria Forti e Yolanda Guerra explanam em seu texto “Na prática a teoria é outra?”:

(...) o desafio consiste em formar profissionais capazes de atuar na realidade, por meio da identificação e da apropriação crítica de suas demandas e das demandas a eles dirigidas, reconfigurando-as e enfrentando-as de maneira eficaz e eficiente - ou seja, em consonância com o sentido mais profundo da expressão trabalho profissional. Entendemos que só assim estarão dadas aos assistentes sociais as possibilidades de construir estratégias sociopolíticas e profissionais para responderem às reais demandas e aos requisitos da profissão. (FORTI e GUERRA, 2011, p.4).

Existem vários entraves na atuação do assistente social para a condução do seu exercício profissional, como por exemplo, a mediação da instituição que o emprega e as demandas dos usuários que é atendido pela mesma, pois, muitas vezes, interesses das partes divergem, tendo o profissional que mediar alguns conflitos, sempre embasado no projeto ético-político da profissão, que se torna outro desafio para o profissional, visto que, a implementação do

neoliberalismo traz consequências para a sociedade e para o mundo do trabalho, ampliando as desigualdades e a precarização do trabalho. (RAICHELIS, 2011).

Alargar as possibilidades de condução do trabalho no horizonte daquele projeto, exige estratégias político-profissionais que ampliem bases de apoio no interior do espaço ocupacional e somem forças com segmentos organizados da sociedade civil, que se movem pelos mesmos princípios éticos e políticos. (IAMAMOTO, 2009, p. 16)

Com o projeto neoliberal, o Estado se desresponsabiliza transferindo seus deveres para a sociedade civil no que se refere à assistência social, fazendo com que as políticas fiquem focalizadas e seletivas, interferindo diretamente na atuação do profissional, que em seu cotidiano, busca estratégias para a realização de seu trabalho embasado nos princípios ético-políticos da profissão.

Incluídos nesse processo, os profissionais tiveram que lidar com os desafios do trabalho e rever oportunidades para abordar um conjunto de mudanças, pois foram desafiados a compreender e intervir em novas configurações e manifestações da questão social.

De acordo com Iamamoto (2008)

reconhecer as possibilidades e limitações históricas, dadas pela própria realidade social, é fundamental para que o Serviço Social não adote, por um lado, uma postura fatalista (ou seja, acreditar que a realidade já esta dada e não pode ser mudada), ou por outro lado, uma postura messiânica (achar que o Serviço Social é o “messias”, que é a profissão que vai transformar todas as relações sociais). (IAMAMOTO apud SOUSA, 2008, p.124).

Analisando a questão do serviço social no ambiente moderno, há um desafio profissional permanente para o Assistente Social, assim como para vários funcionários de outras profissões, pois ele enfrenta uma constante falta de recursos em seu local de trabalho, principalmente na esfera pública. O Estado, de acordo com a práxis neoliberal, apresenta mínimas condições (menores investimentos) no setor social, levando a baixos níveis de serviços públicos devido às más condições de trabalho dos profissionais. Isso é visto claramente na educação pública, no descarte de saúde, entre outros.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB/RH), criada em 2006, regula questões como: planos de carreira, salários, capacitação continuada dos profissionais, inserção na carreira através de concursos públicos, entre outros, porém após alguns anos de vigência, não foi totalmente implantada no município de Maricá, criando uma deficiência tanto na gestão da assistência, quanto nos atendimentos aos usuários que dela necessitam. Há ainda grande

interferência das relações de poder clientelistas e assistencialistas em relação a Assistência Social em municípios como o de Maricá, repercutindo no trabalho dos profissionais e nos atendimentos prestados aos usuários.

O assistente social é notado como uma pessoa caridosa pelo usuário, alguém que está apenas suprimindo as suas necessidades prováveis no momento do atendimento, não possuindo discernimento que é o exercício profissional. Para mais, inúmeros usuários da rede da assistência social, em sua maioria, não sabem ou não compreendem que são sujeitos de direitos e que várias demandas impostas por eles não são favores. Isso está diretamente ligado à influência do assistente social em seu exercício profissional, fazendo com que o profissional viole com os estigmas e com a visão imprecisa do usuário com ele e consigo mesmo.

Sendo assim, compete ao profissional a disseminação do objetivo do Serviço Social na determinada instituição em que se encontra inserido e de que forma a realização do seu trabalho está ocorrendo para que essa visão distorcida sobre o assistente social e o seu trabalho mude.

Observando que usualmente a atuação do profissional é amparado pelas políticas sociais e pelo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, na teoria, tudo aparenta operar com êxito, porém, na prática, não é sempre que o assistente social cumpre seu trabalho como deveria em virtude dos diversos entraves encontrados no campo de atuação, como falta de recursos para realização de visitas domiciliares ou institucionais, a disponibilidade de somente um veículo para atender as demandas da instituição, falta de estrutura física de onde estão implantados os equipamentos pertencentes à Secretaria de Assistência Social e assim por diante.

Outro fator a ser sinalizado, é a falta de sigilo profissional nos atendimentos. Alguns profissionais da assistência social dividem suas salas com outros profissionais de diferentes setores, o que pode constranger uma parte dos usuários que não se sentem confortáveis para expor suas aflições e necessidades.

Os artigos 15 e 16 do Código de Ética, nos mostram que o sigilo profissional é um direito do profissional e de extrema importância nos dois lados, profissional e usuário que está sendo atendido, protegendo este e aquele de possíveis adversidades.

ART. 15 - Constitui direito do assistente social manter sigilo profissional.

ART. 16 - O sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional. (Código de Ética Profissional do Assistente Social, 1993)

No decorrer de seus dias, o profissional do serviço social precisa buscar métodos e caminhos político-profissionais que definem rumos a sua atuação profissional, projetando feitos que circunscrevem seus compromissos éticos-políticos, reafirmando esses princípios, dando ao assistente social maneiras para o enfrentamento de dificuldades no seu âmbito profissional em que são iniciados nos compromissos coletivos produzidos pela categoria profissional ao longo dos anos. (TEIXEIRA e BRAZ, 2009)

Assim, podemos dizer que a mediação desenvolvida pode se dar para a atenção a questões concretas, objetivas de vida, como também para aspectos não materiais e subjetivos, como conhecimento de direitos, valorização da identidade pessoal, fortalecimento da autoestima, inserção em atividades grupais comunitárias, dentre outros.

Maria Carmelita Yazbek (2007, p. 7-8) analisa os desafios da profissão diante dos impactos e da estrutura social:

É inserido neste contexto, desafiado pelas mudanças em andamento, convivendo cotidianamente com a violência da pobreza e com as incontáveis faces da exclusão social, que o assistente social brasileiro trava o embate a que se propõe: o de avançar em seu projeto ético político na direção de uma sociabilidade mais justa, mais igualitária e onde direitos sociais sejam observados.

Ao atuar na abordagem com as pessoas surdas, busca-se fortalecer uma identidade coletiva e potencializar particularidades que não podem ser negligenciadas nem pela sociedade nem pelas famílias, muito menos pelo próprio indivíduo. Neste contexto, a mediação do processo interventivo realizado pela acadêmica e pelo serviço social constitui-se em um trabalho de dimensão sociopolítica, potencializadora e articuladora com a realidade, para que os sujeitos se insiram no mundo do trabalho com suas vocações e potencialidades, seus interesses e desejos.

Alguns desafios são pontuados e estarão diretamente envolvidos na gestão e operação do Serviço de Proteção Domiciliar Básica para pessoas com deficiência e idosos, dentre eles, podemos citar a garantia do acesso às atividades e serviços do SUAS, a melhoria da infraestrutura e qualificação do SUAS, a comunicação intersetorial e rede intersetorial; esclarecimento e adoção de acordos e fluxo de serviços integrados, desde que determinadas políticas dessas seções sejam flexíveis em todas as políticas públicas; o uso de dimensões geográficas na descrição do planejamento de serviços, de modo que cada estado, município ou distrito tenha suas próprias características e necessidades específicas identificadas e

consideradas; a implementação de cuidados e dispersão baseados na comunidade; a criação de sistemas de apoio aos usuários em relação à sua participação na administração pública; a integração das ofertas públicas não estatais desenvolvidas pelas entidades e organizações de Assistência Social às ofertas públicas estatais desenvolvidas diretamente pelo órgão gestor local da Assistência Social.

Tais estudos são necessários para compreender esse fato: prevalência, eventos, consequências jurídicas e consequências futuras para essas pessoas. Esses estudos devem ser conduzidos de acordo com as realidades da realidade socioeconômica. Grupos multissetoriais capazes de lidar com diferentes aspectos do problema devem ser criados e mantidos.

Continuando com esta análise, fica evidente que a falta de recursos, condições e métodos de trabalho é um desafio permanente para o profissional em Serviço Social. Como a falta de recursos acaba atrapalhando a atuação dos profissionais. Um exemplo atual disso é a falta de investimento na contratação de instituições (públicas ou privadas) para a capacitação profissional na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Poucos profissionais possuem tal qualificação, apesar de existir uma real necessidade de Surdos que necessitam de auxílio/acompanhamento do Serviço Social, principalmente no combate à violação dos direitos das pessoas surdas.

Portanto, diante dessas evidências, os desafios e oportunidades dos profissionais do serviço social se fundamentam em uma perspectiva política, metodológica e principalmente gerencial, que deve focar em discussões, debates com outros órgãos públicos, que mesmo diante de um novo contexto, é importante combinarmos a criatividade e competência para a compreensão de como eles podem se organizar e articular uma estratégia social para a criação de uma nova ordem social, para que todos possam gozar dos mesmos benefícios e privilégios das pessoas que são considerados “normais”, garantindo que todos tenham direitos perante a lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate no contexto das políticas sociais no Brasil vem apresentando relevância nesse espaço mais recente, suscitado tanto pelos brutais indicadores que traduzem uma sociedade sinalizada por profundas desigualdades sociais, condenando à pobreza amplas parcelas da nossa população, quanto pela cadente inquietação da reforma do Estado, identificado como historicamente ineficiente.

O SUAS é uma realidade, porém para as pessoas com deficiência não é um processo acabado. Assim como toda a política de Assistência Social está em constante construção, estão colocados desafios e possibilidades de especializar a política para as pessoas com deficiência, porém, sem perder a amplitude da própria Assistência Social. (Tatiana Fonseca, 2013).

A fala acima nos leva a apontar que a Política Nacional de Assistência Social/PNAS, que enfatiza a proteção social básica, reconhece em sua efetividade a necessidade de atender às necessidades das pessoas com deficiência e garantir que seus direitos na sociedade sejam respeitados, bem como no, Estado e poder público, denominados direitos humanos e civis, pois de acordo com o artigo 1º da Lei de Organização da Assistência Social/LOAS: “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir atendimento às necessidades básicas” Além disso, o processo inclusivo para pessoas com deficiência acessarem os serviços de assistência social é um desafio. Ademais, a verificação do acesso de deficientes às redes de serviços de assistência social por meio dos serviços de proteção social presentes no SUAS possui o objetivo de consolidar os princípios e diretrizes para a efetivação dessa população no campo dos direitos humanos e sociais.

No Brasil, os Surdos enfrentam inúmeros desafios, mesmo com importantes avanços nos últimos anos. As justificativas de quase todos os embaraços aparentam ter origens educativas, prerrogativas são tomadas em prol de comunidades, mas faz-se necessário sempre a concentração no indivíduo, na situação educativa dos alunos e formação de professores, pois eles encontraram o Surdo na escola e necessitaram auxiliar na compreensão e atuação social deles. As políticas denotam a necessidade de perpetuidade e progresso, este trabalho expõe um pouco da construção, e o que possibilita a construção de políticas públicas voltadas para classes e comunidades específicas, nesse caso os Surdos.

Os instrumentos legais que foram produzidos com legislação, decretos, resoluções e portarias, não podem tranquilizar a sociedade, como se todas as indagações a respeito da temática estivessem solucionadas, pois tais documentos foram elaborados. Lamentavelmente, ainda há a necessidade de intérprete de LIBRAS, por exemplo, seja por falta de profissionais capacitados ou pela defasagem de contratação em âmbitos federais, estaduais ou municipais, tendo a necessidade que façam valer os direitos dos surdos na disponibilização de funções de instrutor, intérprete ou guia intérprete.

Diante do número de regulamentações e dificuldades enfrentadas pela comunidade surda em sua integração à sociedade, fica ainda mais evidente a importância das políticas públicas para que os surdos possam usufruir de uma cidadania independente e tornar a sociedade mais inclusiva.

Como resultado, podem ocorrer erros, como se entende o novo modelo de ensino, que não permite que um aluno surdo aprenda Libras ao mesmo tempo que outras disciplinas, mas em contraturno, e em uma escola regular a presença de um intérprete. A comunidade surda se uniu e tentou se fazer 'ouvir'. O que tem mostrado é o fortalecimento dos surdos no país, e quanto dinheiro ainda precisa ser investido em políticas voltadas à educação, pois dessa forma ocorrem mudanças drásticas e distanciam as futuras políticas públicas de assistencialismo. A Libras é a segunda língua oficial do país e precisa de investimento e continuidade ou seus alunos não encontrarão sentido nela, até porque pode-se dizer que a maioria das pessoas que aprendem são ouvintes, e precisam ter um profundo senso de aprendizado de uma língua.

A partir desse ponto de vista, podemos entender que as políticas públicas têm grande impacto na comunidade surda, mas é preciso se apropriar, controlar e fortalecer os indivíduos surdos que podem e contribuem mais para a sociedade, e que querem fazê-lo ainda mais.

É importante que haja uma avaliação para reconhecer que a diversidade tem riquezas nas quais o ser humano apresenta através de múltiplos elementos representando suas diferentes culturas, como a linguagem, as tradições, a religião, os costumes, a organização familiar, a política, entre outros, reunindo características próprias de um determinado grupo ou lugar. A Libras unifica esses fatores, e desta forma o serviço social tem o papel de articulador, gerando informações que irão reduzir ou eliminar quaisquer problemas enfrentados pelos Surdos e a intervenção adequada confirmará ou corrigirá ações reconciliando as relações sociais. Não se pode esperar a necessidade de chegar na porta para pensar em como agir, é importante conhecer e estar preparado para acolher a todos com cordialidade, gentileza e sem discriminação, independente de suas dificuldades, sejam elas físicas, motoras, auditivas etc. A ausência de

usuários com essas ou outras deficiências não justifica a falta de investimento em acessibilidade.

Do apresentado, em conformidade com seus objetivos, este estudo traz resultados. Considerando que a assistência social está organizada pela proteção social básica - PSB, que se distingue pela oferta de programas, serviços, ações e benefícios de caráter preventivo, visando evitar o aumento de fragilidades e riscos sociais, envidando-se de esforços para evitar violações de direitos de cidadania e fortalecimento dos laços familiares e comunitários são fortalecidos.

Dessa forma, todos os programas básicos de Proteção Social, serviços e ações são priorizados na Secretaria de Assistência Social de Maricá e no âmbito do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, de acordo com a Classificação Nacional dos Serviços de Assistência Social, o PSB inclui o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV; e Serviço Básico de Proteção Social no Domicílio - SPBD para pessoas com deficiência e idosas.

Portanto, à luz do que incentiva a PNAS/2004 e SUAS/2005, no que diz respeito ao desvelamento da estrutura de Proteção Social Básica nos CRAS de Maricá prestada às pessoas com deficiência, o estudo possibilita conhecer a oferta efetiva de programas e serviços básicos de proteção social nos setores estudados. No entanto, o processo dessa realização é sobrecarregado pelo deslocamento, ora por barreiras institucionais, ora pelos processos de trabalho impostos à equipe de referência desses locais de trabalho, desde o acolhimento até a efetiva entrega do programa ou serviço, o que limita em parte ou na totalidade a inclusão efetiva da pessoa com deficiência.

Neste sentido, a partir das narrativas dos sujeitos, percebe-se que há oferta dos serviços socioassistenciais tipificados da proteção social básica, embora não seja na sua plenitude como já explicitado. Contudo, o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e o serviço de proteção básica no domicílio não são executados conforme o disposto na legislação norteadora dos serviços. Ou seja, ratifica-se neste estudo que há oferta de programas e serviços socioassistenciais como preconizado, porém é imperativo afirmar que os recursos, qualquer sua natureza, destinados às políticas sociais numa sociedade regida pelo capital não se efetivam em sua plenitude.

É verdade que há uma implementação de uma política de assistência social no município de Maricá, visto que o município está sob gestão plena. Isso significa que o cumprimento dessa premissa exigirá que o gestor assuma as responsabilidades da organização, forneça e implemente programas, serviços socioassistenciais da proteção básica na área mencionada no

contexto do SUAS. A análise das vivências do estágio na Secretaria de Assistência Social de Maricá possibilitou mensurar os indicadores: oferta, execução e estrutura física do atendimento especial às pessoas com deficiência.

Portanto, há um conjunto de questionamentos e inquietações sobre o acesso a bens e serviços coletivos, que fazem parte dos objetivos propostos neste estudo, no sentido de classificar a estrutura dos programas e serviços oferecidos às pessoas com deficiência atendidas nos CRAS da cidade, sendo possível discutir que se deduz que na operação do serviço é abordado o diálogo com a rede que a gestão deseja. No entanto, o planejamento da prestação de todos os serviços e programas de proteção social básica deve ser repensado, levando em conta os fatores demográficos e geográficos, que devem ser articulados no intuito de se efetivar os objetivos dos serviços socioassistenciais.

Além disso, pode-se dizer que do ponto de vista da rede de políticas setoriais, o acesso é fornecido e têm-se as aquisições supridas, total ou parcialmente, por usuários e/ou pessoas com deficiência.

Nesse sentido, as questões que norteiam o estudo possibilitam compreender os programas e serviços prestados às pessoas com deficiência no SUAS, e também verificar sobre a estrutura dos protagonistas sociais deste segmento e suas perspectivas. A partir disso, pode-se perceber que o cumprimento das disposições da tipificação nacional dos serviços socioassistenciais de proteção social básica é ora completo, ora parcial, a partir do binômio: gestão da participação e comprometimento e, como demonstrado, comprometimento profissional na área de ação da política nacional de assistência social com vista a dar visibilidade e a implementar ações de contribuam para a emancipação da pessoa com deficiência, e, possivelmente o seu protagonismo social.

À medida que esta pesquisa for concluída, é possível validar o trabalho dos assistentes sociais como importante para a efetividade das políticas voltadas à inclusão dos Surdos. Este visa garantir que a política social seja mediada para quem dela necessitar. Os assistentes sociais e suas ferramentas de ação poderão identificar essa necessidade através de um trabalho sério e comprometido.

Por fim, ressalto a importância da continuidade da pesquisa, levando em conta mais cidades, para traçar um panorama do trabalho do serviço social no campo da assistência social no município de Maricá, a fim de analisar e ter uma maior apreensão sobre como o PNAS está sendo implementado na região. Pelo contrário, é muito importante e enriquecedor não só para quem pode vir a dar continuidade, mas para a comunidade como um todo, pois se trata do

trabalho dos profissionais da assistência social, campo que recentemente ganhou status político e de acessibilidade, ainda a dominar e se efetivar como tal. Isso também será muito importante para a continuidade e construção do histórico de serviço social em Maricá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO da Secretaria de Políticas Inclusivas. **Prefeitura de Maricá**, 2021. Disponível em: <https://www.maricapolicasinclusivas.com.br/noticias.php?id=7>. Acesso em: 01/07/2022.

BEHRING, R. E. **Política social no capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BISOL, C. A. & VALENTINI, C. B. **Surdez e Deficiência Auditiva - qual a diferença? Objeto de Aprendizagem Incluir** – UCS/FAPERGS, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 10/01/2022.

_____. **Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência** – CONADE. Resolução nº 1. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.udop.com.br/legislacao-arquivos/81/port_2344_pcd.pdf > Acesso em 09/01/2022.

_____. MEC. Decreto n. 5.626 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais - Libras**, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. Disponível em: encurtador.com.br/dgjJ8> Acesso em 19/01/2022

_____. Decreto nº 5.296/2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que **estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Disponível em: encurtador.com.br/hyEQ3> Acesso em 10/01/2022.

_____. A Lei nº 7853/89 e o Decreto nº 3298/99 demarcam a **Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 20 de dezembro de 1999. Disponível em: encurtador.com.br/fiA04. > Acesso em 29/12/2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

BRASIL. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo** / Luciana Jaccoud, organizadora; Frederico Barbosa da Silva. [et al.] – Brasília : IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília. 2005.

BUSSINGER, V. V. **Fundamentos dos direitos humanos**. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 53, ano XVIII, pp.9-45, março de 1997.

CARVALHO, E. N. S. **Educação especial: deficiência mental**. Brasília: MEC / SEESP, 1997.

CBS. Confederação Brasileira de Surdos – CBS. Disponível em:<
<http://www.cbsurdos.org.br/sobre.htm>>. Acesso em 28 de julho de 2018.

COUTO, R. B. **Processos de trabalho e Serviço Social II: o processo de trabalho do Assistente Social na esfera municipal**. In: *Programa de capacitação continuada para Assistentes Sociais: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social*. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999. p. 203-213.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social e Lei 8662/93**, que regulamenta a profissão de assistente social, 1993.

DURIGUETTO, M. L. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.

FALEIROS, P. V. **Saber profissional e poder institucional**. 2.ed. São Paulo: Editora Cortez, 1987. 160 p.

_____. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais**. 12. ed. – São Paulo, Cortez, 2009.

_____. **O trabalho da política: saúde e segurança dos trabalhadores**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FERNANDES, I.; PINHEIRO, H. **O Desafio da Acessibilidade Universal Para as Políticas Públicas Contemporâneas**. Maranhão, 2015. Disponível em:
 <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo8/o-desafio-da-acessibilidade-universal-para-as-politicas-publicas-contemporaneas.pdf>> Acesso em: 22 junho. 2022.

FILHO, G. **Construindo um itinerário histórico do Desenho Universal: a normatização nacional e internacional da acessibilidade**. In: Sheila Walbe Ornstein. (Org.). *Desenho Universal: Caminhos da acessibilidade no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010, v.

FORTI, V.; GUERRA, Y. Na prática a teoria é outra? In: *Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social – 2. Ed.* - Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011

GESSER, A. **LIBRAS?: Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GOBERT, MULLER In, VAZ. L.G.D. Políticas **públicas**. Revista nova Atenas de educação e tecnologia. Revista eletrônica do departamento. Acadêmico de ciência da saúde Educação física e esportes – Biologia – Segurança do trabalho. Vol. 10, nº. 01, jan./jun./2007, p. 47.

GODOI, S. **Políticas sociais II: Serviço Social**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

GUGEL, A. M. **Pessoas com deficiência e empregos públicos, Administração direta e indireta**. 2ª ed.rev.- Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

HOFLING, M. De. H. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes, Campinas, Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), ano XXI, nº 55, pp. 30-41, Nov., 2001.

IAMAMOTO, M.V. **A questão social no capitalismo**. Temporalis, Brasília, n. 3, 2001.

_____. **O Serviço Social na cena contemporânea.** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARICÁ é referência no atendimento às pessoas com deficiência. **Prefeitura de Maricá,** 2022. Disponível em: <https://www.marica.rj.gov.br/2022/02/22/marica-e-referencia-no-atendimento-as-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em 30/06/2022

MAZZOTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1996.

MELO, A. I. S. C. de; ALMEIDA, G. E. S. de. **Interdisciplinaridade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 04. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. CFESS – ABEPSS – CEAD/NED. Brasília, 2000.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. **Política social e serviço social:** os desafios da intervenção profissional. Katálysis, Florianópolis, v.16, 2013.

MONTAÑO, C. A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

PASTORINI, A. *Quem mexe os fios das políticas sociais?* Avanços e limites da categoria 'concessão-conquista'. **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo: Cortez, v. 18, n. 53, p. 80-101, 1997.

PERLIN, G. **“Identidades Surdas”.** In: SKLIAR, C. (org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS. M. R., de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

RAICHELIS, R. **O assistente social como trabalhador assalariado:** desafios frente às violações de seus direitos. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 107. São Paulo: Cortez, 2011.

SAREM promove reunião com os pais e almoço comemorativo. **Prefeitura de Maricá,** 2011. Disponível em: encurtador.com.br/wERS5. Acesso em: 01/07/2022.

SILVA, J. F. S. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico- metodológico do projeto profissional de ruptura.** São Paulo: Cortez, 2006.

SKLIAR, C.B. **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOUZA, C. **Políticas Públicas – Uma revisão da literatura.** Artigo disponível em <<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgFSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 10/01/2022.

SURDO ou deficiente auditivo: qual é a diferença. Disponível em <
<http://paulohenriquelibras.blogspot.com.br/2011/06/surdo-ou-deficiente-auditivo-qual.html>>.
Acesso em 11/05/2022

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, 2009. p. 1 - 19.

VASCONCELOS, E.; MORGADO, R. **Proposta Conceitual do PAIF**. Subsídios analíticos e metodológicos na lógica do SUAS e do PAIF/RJ. Rio de Janeiro: Governo do Estado do Rio de Janeiro/ Secretaria de Estado da Família e da Assistência Social, 2005.

WRIGLEY, O. **The politics of deafness**. Washington: Gallaudet University Press, 1996.

YAZBEK, M. C. **O Serviço Social e a Construção dos direitos sociais**. In: A prática Profissional do Assistente Social. V.1, São Paulo: Veras Editora, 2009.

XAVIER, A. A. M. **Assistência Social e pessoa com deficiência**: um estudo sobre os programas e serviços ofertados à pessoa com deficiência nos Centros de Referência de Assistência Social/CRAS na zona leste e norte da cidade de Manaus. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Programa De Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal Do Amazonas. Manaus, p. 85. 2015.

ZAMBON, E. R. **Fundamentos das políticas sociais e políticas sociais** / Rodrigo Eduardo Zambon, Maria Lucimar Pereira. – Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017. 168 p.